

Este estudo tem como objetivos: verificar a importância que tem a política de formação e desenvolvimento de quadros, como eixo da política de esporte e lazer, de dois municípios do estado de São Paulo - Campinas e Piracicaba, dois pólos regionais; verificar quais são os componentes da política de formação e desenvolvimento de quadros; e estudar possíveis alternativas para melhor adequar essas políticas dentro da política geral de esporte e lazer desses municípios, afim de que possam servir de suporte para outros.

Políticas Públicas de Lazer Formação e Desenvolvimento de Pessoal



Políticas Públicas de Lazer Formação e Desenvolvimento de Pessoal

Nelson Carvalho Marcellino
Tânia Mara Vieira Sampaio
André Henrique Chabaribery Capi
Débora A. Machado da Silva

Políticas Públicas de Lazer – formação e desenvolvimento de pessoal

- Os casos de Campinas e Piracicaba-SP •

Capa: Opus Print Editora
Coordenação: Zilton dos Santos
Diagramação: Opus Print Editora
Copidesque: Sandra Aymone
Revisão: Sandra Aymone
Foto da capa: Cubo mágico, por Caio Gut

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

790.0135 Marcellino, Nelson Carvalho.
M263p Políticas públicas de lazer - formação
e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e
Piracicaba-SP / Nelson Carvalho Marcellino, Tânia Mara
Vieira Sampaio, André Henrique Chabaribery Capi, Débora A.
Machado da Silva. Curitiba, PR: OPUS, 2007.

1. Política Pública.
 2. Lazer.
 3. Formação e desenvolvimento de pessoal.
- I. Título.

CDD 790.0135

Índice para catálogo sistemático:

1. Política Pública.
2. Lazer.
3. Formação e desenvolvimento de pessoal.

Esta é uma edição limitada de 1.000 exemplares
e foi produzida com verba do Governo Federal,
por intermédio do Ministério dos Esportes.

Proibida a reprodução total ou parcial
da obra de acordo com a lei 9.610/98.
Editora afiliada à Associação Brasileira
dos Direitos Reprográficos (ABDR).

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
Santos e Caprini Materiais Gráficos e Editora Ltda
C.N.P.J.: 79.643.417/0001-22 - I.E.: 90.390.319-89
Rua Padre Anchieta, 1691 - Bigorrihlo - Curitiba/PR
CEP 80730-000 - PABX: +55 41 3079.3135
atendimento@opusprinteditora.com.br - www.opusprinteditora.com.br

Nelson Carvalho Marcellino - Tânia Mara Vieira Sampaio
André Henrique Chabaribery Capi - Débora A. Machado da Silva

Políticas Públicas de Lazer – formação e desenvolvimento de pessoal

• Os casos de Campinas e Piracicaba-SP •

1º Edição
Curitiba-PR
2007



Ministério
do Esporte



Autores

NELSON CARVALHO MARCELLINO: Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Filosofia da Educação, Doutor em Educação, Livre Docente em Educação Física - Estudos do Lazer, Docente do Mestrado em Educação Física da Facis, da Universidade Metodista de Piracicaba-Unimep, Líder do GPL- Grupo de Pesquisa em Lazer, Pesquisador do CNPq, e Coordenador do Núcleo da Rede Cedes do Ministério do Esporte, na Unimep.

TÂNIA MARA VIEIRA SAMPAIO: Graduada em Pedagogia e doutora em Ciências da Religião pela Umesp desde 1997. Docente nos cursos de graduação em Educação Física e Turismo e do Mestrado de Educação Física da Unimep, na Linha de Pesquisa Corporeidade e Lazer. Pesquisadora do GPL - Grupo de Pesquisa em Lazer, e Vice-Coordenadora do Núcleo da Rede Cedes do Ministério do Esporte, na Unimep.

ANDRÉ HENRIQUE CHABARIBERY CAPI: Formado em Educação Física pela Fundação Educacional de São Carlos, mestre em Educação Física pela Unimep - Piracicaba. Atua profissionalmente como coordenador de esportes e lazer do Clube 22 de Agosto, de Araraquara, e professor no curso de Educação Física da Unip, em Araraquara. É membro do GPL-Unimep.

DÉBORA A. MACHADO DA SILVA: Licenciada em Educação Física e bacharel na modalidade Recreação e Lazer, ambas pela Unicamp. Especialista em “Lazer e Educação” pela faculdade Paris 13 (França). Mestranda em Educação Física pela Unimep. Integrante do GPL Grupo de Pesquisa em Lazer. Coordenadora-Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio - DCTEC/SNDEL/ ME

Projeto de pesquisa que deu origem ao livro:

Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer – diagnóstico e prognóstico – os casos de Piracicaba e Campinas

Área: Corporeidade, Pedagogia do Movimento e Lazer

Linha de pesquisa: Corporeidade e Lazer

Coordenadores: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino e

Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio - Unimep

Prof. Dr. Helder Isayama - UFMG

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa - USP

Professor Mestre José Luis de Paiva

Professor Mestre André Henrique Chabaribery Capi - Unip

Professor Mestre Denis Roberto Terezani –Unimep

Professor Mestrando Gustavo André Pereira de Brito

Professora Mestranda Rosângela Benito

Professora Mestranda Débora A. Machado da Silva- Coordenadora-Geral de Tecnologia, Cooperação e Intercâmbio - DCTEC/SNDEL/ ME

Bolsistas Rede Cedex: Graduandas Aline Manetta Perticarati e Rosana de Almeida e Ferreira – Educação Física - Unimep



http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp

O Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (Cedes) é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais, e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.



<http://www.unimep.br/phpg/facis/cedes/>



A Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), através dos cursos de graduação e mestrado em Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde (Facis), do Laboratório de Corporeidade e Lazer, e do GPL- Grupo de Pesquisa em Lazer (www.unimep.br/gpl), integra a Rede Cedes, do Ministério do Esporte, desenvolvendo pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, atualmente abrangendo as cidades de Piracicaba, Campinas, Monte Mor, Hortolândia, Nova Odessa, e RMC- Região Metropolitana de Campinas.

O Cedes, gerenciado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, financiou integralmente a pesquisa que deu origem a este livro, bem como a sua publicação.

Sumário:

Introdução

1. Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer, no Brasil - considerações iniciais: 00

2. A pesquisa documental – os casos de Campinas e Piracicaba..... 00

3. Em campo: 00

3.1. Observação participante:.....00

3.2. Formulários: a visão dos profissionais:00

3.2.1.profissionais de atendimento direto ao público00

3.2.1.1. Campinas00

3.2.1.2. Piracicaba00

3.2.2.profissionais dirigentes.....00

3.3.2.1. Campinas00

3.3.2.2. Piracicaba.....00

3.3.Questionários: a visão dos freqüentadores dos espaços e equipamentos de esporte e lazer.00

3.3.1. Campinas.....00

3.3.2. Piracicaba00

Considerações finais 00

Referências bibliográficas 00

Anexos:

Anexo 1. Relação dos equipamentos de esporte e lazer das duas cidades que fizeram parte da pesquisa.....00

Anexo 2. Formulário para os profissionais – animadores socioculturais.....00

Anexo 3. Formulário para coordenadores/diretores00

Anexo 4. Questionário para os usuários00

Introdução:

Atualmente, os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando, cada vez mais espaço, no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, em franca expansão. Na sua grande maioria, eles procuram “preparar” o chamado especialista tradicional, a partir de uma visão abstrata de lazer. Na vinculação com o Esporte, percebe-se ora a ênfase numa vertente ligada à educação física escolar, ora ao chamado treinamento esportivo. Quase sempre é o mercado o regulador do tipo de profissional a ser formado, vendo o lazer e o esporte como “mercadorias” a ser consumidas no tempo disponível, inclusive de uma perspectiva de controle social.

No entanto, é preciso que se tome cuidado ao vincular formação e desenvolvimento de pessoal com Políticas Públicas na área de Lazer e Esporte. Para uma política pública na área - alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania-, como é o caso do que é preconizado pelo Sistema Nacional do Esporte e Lazer¹, é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos – inexistente, para determinadas parcelas da população, ou viciada pelos valores da indústria cultural, em amplos setores.

Assim, é preciso enfatizar:

1. que estamos tratando de políticas setoriais: E, nesse sentido, não se pode perder de vista o contexto mais amplo, onde elas se inserem. Dessa forma é impossível considerá-las de forma isolada, sem atentar para os programas de governo, em geral, e para as políticas sociais, de modo particular;

2. que estamos tratando, apenas de um dos componentes das políticas públicas na área – a formação e desenvolvimento de quadros para atuação. Isso porque falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho - sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano, etc.; significa, também, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política

1. http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp acesso em 10.05.2007

de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada. Resumindo: o lazer tem sua especificidade, inclusive enquanto política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais (MARCELLINO, 2001).

Aqui, estamos enfocando esse último aspecto, mas é fundamental que não se perca de vista o contexto social mais amplo e a amplitude das Políticas Públicas no setor².

Este estudo tem como objetivos:

a- verificar a importância que a política de formação e desenvolvimento de quadros tem, como eixo da política de esporte e lazer de dois municípios do Estado de São Paulo;

b- verificar quais são os componentes da política de formação e desenvolvimento de quadros desses municípios;

c- estudar possíveis alternativas para melhor adequar essas políticas dentro da política geral de esporte e lazer desses municípios.

As cidades de Campinas e Piracicaba foram definidas, por critérios de representatividade, as mais importantes no raio de atuação da Unimep, configurando-se como pólos regiões e acessibilidade.

O estudo combinou as pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de levantamento efetuado junto aos Sistemas de Bibliotecas da Unimep e da Unicamp, e de ferramentas específicas da Internet, notadamente o Google Acadêmico, a partir das palavras chaves: administração pública, lazer, esportes, cultura, Educação Física, e formação e atuação profissional. O material foi selecionado por intermédio de análise textual, preparação da leitura, e numa segunda etapa, complementamos a análise bibliográfica.

A pesquisa documental foi realizada a partir da seleção de documentos que envolveram a Legislação, a política de esporte e lazer, e a política de recursos humanos, nas áreas de esporte e lazer, nas duas Prefeituras, posteriormente com análise de conteúdo (GIL, 1991).

A pesquisa de campo foi levada a efeito por intermédio de estudo comparativo; a principal técnica de coleta de dados foi a observação

2. A partir de agora, quando nos referirmos a Políticas Públicas de Lazer, estaremos considerando também as de Esporte, considerado como um dos seus conteúdos, ainda que sua esfera possa ser mais abrangente, envolvendo o trabalho esportivo, no caso do esporte de alto rendimento, ou de representação. No entanto, no âmbito da Rede Cedes, o esporte considerado é o recreativo. Disponível em http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/Cedes/default.jsp

participante (BRUYNE, 1977), que pressupõe observação direta e convívio com o grupo observado, levada a efeito nos principais equipamentos de lazer e esporte das duas cidades (anexo 1), escolhidos por critérios de representatividade (frequência, tamanho, localização) e acessibilidade, com utilização de diário de campo, e com “categorias” fixadas a partir das pesquisas bibliográfica e documental.

A partir dessas informações, sentimos a necessidade de aplicar formulários aos profissionais atuantes diretamente junto à população -animadores socioculturais- (anexo 02) e dirigentes (anexo 03), e questionário aos usuários (anexo 04), escolhidos ao acaso.

O emprego dessa diversidade de técnicas de coleta de dados dentro da pesquisa teve como objetivo reunir o maior número de dados possível a partir do objeto de estudo e permitir fixar o número de sujeitos a partir da saturação de dados (MAGNANI, 1984).

Agradecemos a todos os colegas do GPL Grupo de Pesquisa em Lazer, que integraram o Projeto de Pesquisa que deu origem a este livro, de modo especial às bolsistas da Rede Cedes Aline Manetta Perticarati e Rosana de Almeida e Ferreira. Agradecemos ainda, a Profa. Dra. Maria Imaculada de L. Montebelo, pela assessoria na tabulação e tratamento dos dados da pesquisa de campo. Expressamos também nossos melhores agradecimentos aos diversos setores relacionados à formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas em esporte e lazer das Prefeituras de Campinas e Piracicaba, por terem nos atendido de forma tão acolhedora, facilitando o acesso aos documentos, arquivos, próprios municipais, enfim, contribuindo para que a pesquisa pudesse ser realizada.

1. Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer, no Brasil - considerações iniciais:

Para que possamos entender a formação profissional em lazer no Brasil, atualmente, e a animação cultural como estratégia de ação possível na área, é preciso que recuperemos o processo do ponto de vista histórico. Segundo Mello (2005) as preocupações com o lazer, no Brasil, surgem no final do século XIX, estando presentes no discurso de médicos e sanitaristas, responsáveis pelas novas reformas típicas da organização urbano-industrial. Já os estudos sistematizados aparecem por volta dos anos 20 e 30 ainda pautados pela defesa de lazers saudáveis, buscando difundir os valores morais e higienistas presentes na época.

O lazer surge, portanto como fruto da revolução industrial, fundamentado numa idéia de homem diferente daquela existente na sociedade rural. Um homem que passa a ser movido por normas e valores veiculados pelos meios de comunicação de massa e pelos pares. Neste sentido a influência de outros países passa a ser mais uma variável a ser considerada; afinal nesses o processo urbano-industrial já se consolidava, enquanto que no Brasil ele ainda se estruturava. Alguns teóricos da sociologia do lazer, entre eles Joffre Dumazedier (grande influenciador do debate sobre o lazer no Brasil), chegaram mesmo a prever a instauração de uma “civilização do lazer”, fato que, mesmo com o desenvolvimento tecnológico, não tem se mostrado possível.

A instituição pioneira no debate sobre o lazer no Brasil foi, sem dúvida, o Sesc Serviço Social do Comércio que, nas décadas de 60 e 70, começa a criar mecanismos de difusão da área. O lazer passa a ser o campo prioritário de ação da instituição e, aos poucos, essa área se consolida, devido à abertura e intercâmbio com a França, através do sociólogo Joffre Dumazedier, e da sistematização do conhecimento (Centro de Estudos do Lazer) levando em conta novas concepções e técnicas de investigação sobre o tema. Entretanto, é fundamental destacar que “o Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social, de cunho assistencialista, seja a nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, seja a nível da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários” (Sant’anna, 1994, p. 48).

Nesse sentido, a instituição pretendia assumir um papel complementar ao do Estado, buscando integrar-se ao poder público e, através de suas

propostas inculcar no “tempo livre” dos trabalhadores os valores necessários ao aumento da produtividade e ao cultivo de uma sociedade organizada, onde os conflitos dão lugar ao espírito comunitário que se pretendia criar (Sant’anna, 1994).

Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 era cada vez mais freqüente o uso do termo lazer nos discursos políticos, destacando principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio - considerado um perigo social. O lazer se constituiu, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e a educação social, fato que pode ser observado através da análise das formas de controle dos usos diversificados do “tempo livre”, que na época passaram a ser substituídos por formas de lazer institucionalizadas.

Ao aproximar as propostas de lazer de valores e interesses relacionados à saúde, à moral e à higiene, a área logo se aproximou das discussões vinculadas à Educação Física, o que justifica em grande parte a presença maciça dos profissionais desta área, até os dias de hoje, no âmbito do lazer.

De forma bastante paradoxal os usos do ‘tempo livre’ dos trabalhadores começaram a se relacionar com as formas de lazer institucionalizadas, instaurando-se assim uma discussão em torno do lazer mais adequado, melhor e verdadeiro, a construção de uma verdade capaz de “justificar o lazer como um valor social imprescindível” (Sant’anna, 1994, p.63).

Ao analisar o lazer no Brasil permanece, portanto o questionamento sobre suas finalidades e sobre o tipo de engajamento social que o difundiu.

Para pensar o lazer e a animação sociocultural no Brasil é fundamental resgatarmos o contexto histórico, aqui existente, na transição do século XIX para o século XX. A recente abolição dos escravos e o início da organização das cidades foram elementos que exigiram novas formas de pensar e agir, novas condutas, normas, trabalhos e formas de se divertir. A chegada de imigrantes também contribuiu muito com esta nova configuração e a busca de referências no “Velho Continente” se tornou inevitável.

É fundamental destacarmos a influência francesa na organização dos grandes centros urbanos brasileiros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, que se ergueram tendo como “musa inspiradora” a cidade de Paris. No que tange ao lazer, a tendência que mais se difundiu, via Sesc

conforme já vimos, foi aquela defendida pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier; no entanto não podemos negar as contribuições dadas pela tendência norte-americana. Daí emerge uma primeira problemática que se funda na tentativa de reproduzir modelos já existentes, muito mais do que pensar e discutir as particularidades do lazer no Brasil.

Em parte, essa iniciativa foi bastante positiva no sentido de fazer conviver diferentes tendências. Mas poderia ter significado a superação dessas tendências se tivesse sido investida de um sentimento de identidade brasileira, considerando as questões mais específicas do lazer em nosso país.

Alguns autores discorrem criticamente sobre a proposta francesa, destacando que a “Sociologia empírica do lazer” defendida por Dumazedier, apresenta o lazer como um conceito a-histórico, um modelo puro formulado teoricamente e desinvestido da realidade concreta. “Existe assim a procura pela especificidade do lazer no instante mesmo em que ela se produz” (Sant’anna, 1994, p.69).

Para Requixa (1977) o lazer é uma possibilidade para estimular o criativo e a aquisição de novos conhecimentos, exercendo a função de condutor, encaminhador dos indivíduos no processo de busca do prazer e da felicidade, através da descoberta e fruição de valores estéticos.

O antagonismo destas afirmações pode nos levar a perceber o lazer como campo de conhecimentos e modos de expressão criativa estabelecidos a priori, selecionados e escolhidos conforme o projeto de sociedade que se almejava construir. Esse fato conduz a estruturação dos processos de educação para e pelo lazer, que visariam educar os indivíduos “corrigindo seus hábitos e fixando sua identidade em valores e significados, consoantes com a ordem social vigente” (Sant’anna, 1994, p.71).

De certa forma, isso naturalizou o lazer de cunho educativo, levado a campo pelas ações institucionais com o intuito de transformar os usos do “tempo livre”; e desinvestiram as diversões e o descanso de seu caráter de gratuidade.

Portanto, quando falamos do lazer no Brasil, devemos observar suas múltiplas influências (americana e européia) e perceber que as primeiras iniciativas de sistematização do conhecimento desta área não surgem das necessidades comunitárias ou associativas, mas de uma instituição que em seu cerne pregava o bem-estar e a paz social. Neste sentido a idéia de conflito se perde, ou se torna perigosa e, assim, a discussão acaba sendo

conduzida por um outro viés, o do lazer como panacéia para resolução dos problemas sociais, para alcançar a ordem e o progresso imponentemente apresentados em nossa flâmula.

Também não podemos ser simplistas e desconsiderar as ações que, naquela época, ultrapassavam o mero assistencialismo, ou mesmo não validar a iniciativa do Sesc em sistematizar o conhecimento e propor ações no campo do lazer, nem os desdobramentos que esses estudos tiveram depois nas universidades brasileiras. Mas é imprescindível analisarmos como os “sujeitos” se apropriam dos diferentes objetos culturais.

Nesse sentido, é possível afirmar que o lazer na realidade brasileira é, ainda hoje, frequentemente restrito a idéia de atividade e às possibilidades práticas proporcionadas por ela.

Outro fator importante a destacar é que o movimento associativo formal no Brasil, apesar de ser cada vez mais significativo, ainda tem pouco destaque, sendo sua contribuição para o debate e sistematização do conhecimento no campo do lazer pouco relevante. Nesse caso, os estados e municípios embasados no discurso higienista e, mais tarde, nos princípios cívicos patrióticos de ordem e progresso, foram mais eficientes no encaminhamento de iniciativas, mesmo que numa perspectiva limitada e funcionalista.

Some-se a isso a baixa ressonância social do lazer, motivada pela forte influência da moral cristã do trabalho, pela aceitação predominante dos valores de produtividade, e pela falsa noção de hierarquização de necessidades humanas.

De forma geral, o lazer se consolidou como campo de interesse para propagação de um ideal regido pelo lema “ordem e progresso”, onde predominaram “bairrismos” e a busca constante de disciplinar a área, ou seja, restringi-la a um campo do conhecimento, no caso a Educação Física que estava bem próxima dos ideais citados acima.

É curioso perceber, conforme nos propõe Sant’anna (1994), que o empenho do regime militar (ação e repressão) em corrigir e pôr fim a determinadas práticas sociais - que não estavam em consonância com os princípios da época de desenvolvimento e progresso - eram bastante similares as falas que norteavam e buscavam organizar e ampliar o lazer programado.

Neste processo fica evidente que a educação política do cidadão não é a finalidade básica das intervenções, o que nos remete a pensar que, até

certo ponto, as práticas de lazer programado podiam se constituir como elementos poderosos de alienação e docilização da população.

Além de suas possibilidades lúdicas, o lazer passou a assumir funções disciplinadoras, terapêuticas, de correção dos excessos e desequilíbrios existentes nas cidades. Considere-se também que as possibilidades de lazer oferecidas pela “indústria do entretenimento” relacionavam, cada vez mais o lazer saudável com o consumo o que, de certa forma, reforçava o mesmo discurso.

É importante destacar que ao falarmos do lazer como instrumento de controle ideológico nos referimos mais as ambições de poder institucional do que às possibilidades observáveis na realidade concreta. Aliás, seria um risco afirmarmos o lazer exclusivamente como instrumento ideológico, posto que isso incorreria em pensarmos o Estado como bloco hegemônico e único que funciona a partir de estratégias planejadas, o que definitivamente não é verificável.

Como no Brasil a difusão da área ocorreu com o diálogo Sesc – Serviço Social do Comércio – Estado, desde o início foi necessário pensar a formação dos profissionais dessa área que começava a se constituir. Dar condições para que a população faça uso “adequado” de seu “tempo livre”, falar do prazer de dispor o corpo de outra forma, de cuidar dele, contê-lo, exercitá-lo, torneá-lo e adestrá-lo; na busca de um corpo veloz, produtivo, saudável que combate ao ócio, a doença, a moleza. Tal discurso, logo encontrou ressonância com os ideais defendidos pela Educação Física da época, o que culminou com o oferecimento de disciplinas de Recreação nos cursos de nível superior da área. O profissional de Educação Física foi considerado o mais apto a atuar no campo do lazer.

As disciplinas vinculadas ao lazer foram aos poucos proliferando nos cursos de Educação Física. Nelas predominava, em sua maioria, a difusão do lazer restrito a brincadeiras, jogos e outras alternativas de caráter ocupacional, ou seja numa perspectiva reducionista.

Atualmente, quando falamos da formação dos profissionais do lazer podemos distinguir seis categorias possíveis: cursos livres de curta duração, formação de nível superior específica, inserção de habilitações em cursos de nível superior, pós-graduação strictu-senso diversificada com linhas de pesquisa específicas, pós-graduação lato-senso e MBA.

Os cursos livres normalmente têm curta duração e, em sua maioria reforçam a idéia simplista do lazer, limitando suas possibilidades de ação à promoção de atividades de caráter duvidoso. Talvez pudéssemos

compará-los a verdadeiros “caça-níqueis”, que estabelecem um processo de formação altamente dependente de suas ações e “receitas”.

Os cursos nesse formato são, apesar disso, bastante difundidos, pois vão de encontro à perspectiva de divertimento que vem se consolidando cada vez mais em nossa sociedade, pela chamada “indústria do entretenimento” e que visa, segundo Marcellino (2001), “desviar a atenção de” – o que nos parece bem similar à política do “Pão e Circo” da antiga Roma. No entanto, tal perspectiva não se limita, segundo o autor, a estes cursos:

mesmo em universidades consideradas ‘sérias’, estão cada vez mais preocupados na ‘gestão’ de uma perspectiva de entendimento extremamente pobre das questões da administração, que vem abarcando cada vez mais esforços de formação profissional em nossa área, de modo geral, ou entendida nos seus conteúdos culturais, como é o caso do Turismo, do Esporte e da “Cultura”, vista fundamentalmente como “Artes e Espetáculos” (p.23).

Vale a pena destacar que tal perspectiva nos remete a um tipo de profissional que se justifica por sua personalidade e não, necessariamente por sua competência. É o que Mills (1969, p.243) chama de dupla alienação ou auto-alienação, ou seja, o trabalhador não vende simplesmente sua força de trabalho, mas também sua personalidade.

No lazer isso pode extrapolar e, em alguns casos, o trabalhador deixa de ser profissional para se tornar uma “personalidade profissionalizada” (Marcellino, 2001). Naturalmente, tal postura tende a defender o discurso de que bom-humor é mais fundamental que competência no lazer e, nesse sentido, não se fala em compromisso político do profissional, mas em solicitudes artificiais e na distração do “público” a que o animador se apresenta, quase que como “bobo-da-corte”.

Não queremos dizer com isso que o bom-humor não é importante, o que seria perigoso, posto que lidamos diretamente com o público. Mas esse bom-humor não pode representar a ausência de competência, compromisso político e seriedade. “Esses são os três elementos que tornam o exercício da profissão digno” (Marcellino, 2001, p.24).

Avançando na discussão da formação do profissional do lazer, outra possibilidade é dada pelos cursos específicos de nível superior, que são bastante recentes e ainda tentam ganhar solidez. A faculdade Anhembimorumbi e a Universidade do Vale do Itajaí foram pioneiras na iniciativa, mas sucumbiram frente a algumas dificuldades. Mais recentemente, em

2005, a USP Leste – novo campus da Universidade de São Paulo – criou um curso que forma bacharéis em “Lazer e Turismo” e teve, em seu primeiro vestibular, uma procura superior a cursos considerados mais tradicionais, como “Esporte e Saúde”.

As habilitações específicas em cursos de nível superior são mais comuns. Aparecem tradicionalmente na área de Educação Física, mas também no Turismo, Comunicação e Artes, Pedagogia, Ciências Humanas e Administração, entre outros.

Isayama (2003, p.64) nos afirma que na área de Educação Física, “ainda prevalece um entendimento de que o profissional que atua com lazer deve levar as pessoas a esquecer seus problemas cotidianos (...) neste contexto, sua atuação se restringe à organização de jogos e brincadeiras que incentivem o agrupamento das pessoas, ou na animação de festas e bailes”.

Esse diagnóstico reforça a visão predominante do lazer como mera ocupação, estimulado pelo consumo alienado de bens culturais. O direcionamento excessivo das atividades acaba deixando em segundo plano o papel pedagógico da animação, “contribuindo para reforçar os valores da ideologia dominante, encorajando práticas tradicionais que não possibilitam um envolvimento crítico, criativo e consciente dos participantes” (Isayama, 2003, p.69).

Além da qualificação no nível de graduação, ainda é possível encontrar programas de pós-graduação *stricto-sensu* (em outras áreas do conhecimento, e recentemente um Mestrado específico, na UFMG Universidade Federal de Minas Gerais) e *lato-sensu* (especialização). Neste último caso destacamos o curso oferecido, com regularidade, pelo Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Finalmente, existem cursos de formação de administradores e gestores de negócios da indústria do entretenimento, oferecidos pela Universidade Cândido Mendes (RJ) e pela Fundação Getúlio Vargas. O foco destas formações visa a atender principalmente a demanda de vagas relativas aos pólos de entretenimento, como por exemplo, os parques temáticos.

Apesar das diversas formações disponíveis, Marcellino (2001), ao analisar a política de formação e desenvolvimento de quadros, aponta a freqüente queixa dos responsáveis pelos executivos, nos vários âmbitos, de pessoal qualificado e competente para desempenhar funções na área.

O fato de não haver cargos definidos com funções claras delimitadas é um dos agravantes da situação. Isso gera uma disputa do cargo por outros funcionários, ou mesmo “apadrinhados” externos, o que dificulta significativamente a inserção do profissional de lazer no mercado. Esse especialista, geralmente, possui uma visão abstrata do lazer, o “lazer mercadoria”, e trata-se de um profissional tradicional que tem seu perfil regulado pelo mercado.

Não menos importante é a questão, já levantada, da “profissionalização da personalidade” que somada às dificuldades de inserção no mercado acaba contribuindo com a baixa remuneração do profissional, que normalmente trabalha como *free-lancer* sem garantia, direitos ou estabilidade.

A função de “tapa-buraco”, ou seja, de disfarçar com amabilidade e simpatia as deficiências e os problemas do serviço, normalmente exige do profissional uma atuação quase que “circense”, desviando o foco e procurando mascarar a falta de qualidade.

Dessa falta de compromisso político, alimentada pelo “personagem” que o animador deve encarnar para entreter seus “clientes”, surge uma problemática ainda maior: Aquela que desconsidera os sujeitos sociais e políticos em seus interesses, expectativas, conflitos e necessidades, esquecendo-se do objetivo central da animação sociocultural que é

fomentar nas pessoas, nos grupos ou nas comunidades atitudes abertas e orientadas para o envolvimento nas dinâmicas e processos sociais e culturais que os constituem, sendo todos responsáveis pela construção dos princípios norteadores da vida cotidiana (Bernet apud Isayama, 2003).

Se formos examinar as origens remotas do profissional que atua na área, no mundo ocidental, a partir do momento histórico da diferenciação lazer/trabalho³, vamos encontrar nas variadas denominações, como “chefes de prazer”, “consultores de lazer”, “recreacionistas”, “líderes recreacionais”, “monitores”, “animadores”, “agentes”, etc., uma forte tradição ao “praticismo”, que acaba desaguando em cumprimento de tarefas - “tarefismo”, como uma visão parcial e limitada da abrangência do lazer (muitos profissionais trabalham com lazer, ainda hoje, e não têm consciência do seu objeto de trabalho, e até mesmo têm vergonha de se identificar como profissionais da área), com ranços alimentados numa certa visão “funcionalista” do lazer, nas suas quatro nuances: romântica, moralista, compensatória e utilitarista (MARCELLINO, 2002a), o que

3. E para isso podemos recorrer a ARIES (1976), na sua Pequena contribuição a história dos jogos e brincadeiras, aliado à análise efetuada em MARCELLINO (2002a)

leva a ações que instrumentalizam o lazer, a serviço de grupos ou da ordem dominante, com forte carga de moralismo e mesmo de vigilância.

Em pesquisa realizada em Campinas-SP, pudemos verificar que esse ranço de moralismo e vigilância ainda estão presentes hoje, na ação do profissional da área, principalmente aqueles ligados ao setor público, e o que é pior, em decorrência da situação geral de insegurança que reina nas nossas cidades, é reivindicada pela população (MARCELLINO, 2002b). Dessa forma, quando questionadas acerca da validade da animação sociocultural em centros culturais e esportivos mantidos pela prefeitura, a população em geral, sente a necessidade de professores de educação física, enquanto promotores de “iniciação esportiva” e para manter a ordem, quando da realização de atividades. E, até onde foi possível detectar, as reivindicações sobre o lazer físico-esportivo são muito ligadas a uma possível característica “instrumental”, de uma perspectiva “saneadora”, “moralizante”, ou “terapêutica”, quanto à violência, ou mesmo “sadia”, uma vez que foram detectados muito “interditos” sobre o uso de drogas pelos usuários dos equipamentos públicos.

Isso nos coloca frente a questões extremamente importantes, quer enquanto agências formadoras de profissionais da área, quer como órgãos gestores de políticas públicas, ligadas à reversão de expectativas verificadas no senso comum, quanto:

1. aos próprios “valores” do lazer, de modo geral, e do esporte, de forma específica;
2. à atuação dos profissionais da área, em especial do mais tradicional, o professor de educação física.

Em se tratando da atuação profissional em lazer, é preciso que não se isole a atuação do profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que, inspirado em DUMAZEDIER (s/d), pode ser chamado de estrutura de animação, composta por: 1. animadores socioculturais dirigentes – de competência geral mais apurada; 2. animadores socioculturais profissionais de competência específica, sem deixar de lado, no entanto a competência geral, e funcionando, no caso de políticas públicas, como educadores, e não como “mercadores”, como é quase regra, em amplos setores da indústria cultural; 3. animadores socioculturais voluntários, necessários para a vinculação com a cultura local - anseios, aspirações, gostos, etc. - da população que se pretende atingir; e 4. quadros profissionais de apoio – pessoal de atividade meio, administrativos e operacionais, que precisam estar conscientes da área onde trabalham e do serviço final prestado. Todos

os componentes da estrutura se inter-relacionam: observam, pesquisam, planejam, gerenciam, atendem, e dividem conhecimento em todas essas áreas, mas têm responsabilidades específicas em termos de ação.

No caso dos profissionais, os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento devem estar atrelados à área de atuação (lazer e esporte, em sentidos abrangentes), mas é fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientam a política geral de governo, nos que dão base de sustentação à política setorial da área, e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais. Para isso é imprescindível uma fase de sensibilização dos profissionais chamados “de carreira” e dos novos que se engajarem no processo.

É fundamental, também, pela própria abrangência do lazer, que se trabalhe com equipes multiprofissionais, em busca da interdisciplinaridade, ou, naquelas administrações em que a questão do lazer estiver afeta a vários órgãos (departamentos, ou secretarias), que se busque a integração de ações, procurando superar os “feudos” e mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação, e não de duplicação de esforço profissional.

O animador sociocultural tem diferentes formações e isso é extremamente necessário, pela própria abrangência da área cultural. São professores de educação física, arte-educadores, profissionais de turismo, de hotelaria, etc., que: 1. dominam um conteúdo cultural, 2. têm vontade de dividir esse domínio, com outras pessoas, devendo para isso, 3. possuir uma sólida cultura geral, que lhes dê possibilidade de perceber a interseção/ligação do seu conteúdo de domínio com os demais; 4. exercer, quotidianamente a reflexão e a valoração, próprias da ação do educador, e que os diferenciará dos “mercadores”, da grande maioria da indústria cultural, e 5. ter o compromisso político com a mudança da situação em que nos encontramos, atuando dessa perspectiva (MARCELLINO, 2001).

Na busca da ligação entre a ação técnica e a base da população, minimizando os riscos de atuação dos “especialistas” é necessário o trabalho voluntário.

Vários autores (PINTO, 2003; RODRIGUES, 2003; RIBAS, 2003; PAIVA, 2003) anunciam que se faz necessária a presença do voluntariado em qualquer setor em que o lazer é desenvolvido. Para Paiva, o trabalho voluntário deve ser entendido:

[...] como uma responsabilidade de cada pessoa que independe de sua classe social e ganha a dimensão de uma ação que deve ser inerente a todo cidadão que juntamente com os demais membros da sua comunidade, seja ela qual for, envia esforços para superar os problemas vividos e alcançar seus anseios (PAIVA, 2003, p. 159).

No lazer, o voluntariado não diminuirá o campo de atuação do profissional nem será visto como uma alternativa de mão-de-obra barata, desde que ele seja “devidamente capacitado nos aspectos específicos e gerais de uma política de esporte e lazer” tornando-se “peça fundamental para a implementação de programas que superam a tradicional prática na área, marcada pelo distanciamento entre as ações desenvolvidas e a cultura local” (PAIVA, 2003, p. 165).

Segundo Paiva (2003), esses aspectos não diminuem o campo de atuação do profissional e muito menos lhe concedem o direito de:

[...] abrir mão do seu papel de educador, ao contrário, a ação educativa será o cerne de sua atuação, porém, sempre buscando respeitar a realidade cultural de cada comunidade, fazendo com que essa realidade seja à base de seu trabalho, que visará à elevação dos níveis de participação dos sujeitos envolvidos, dos conformistas até os críticos - criativos (PAIVA, 2003, p. 164).

Seja entre profissionais ou entre voluntários, enfatizamos que a ação a ser buscada é a do educador e não a do “mercador”. E essa tarefa deve incluir: 1. processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas, 2. fases de sensibilização aos valores norteadores da política, 3. cursos de formação e desenvolvimento (que incluam teoria do lazer e do esporte, significado e valores de políticas públicas em geral e na área, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades), 4. reuniões técnico-pedagógicas periódicas e 5. intercâmbios (estágios, participação em congressos, grupos de discussão, organizações profissionais e científicas, etc.) (MARCELLINO, 2001).

Uma das alternativas é a parceria com universidades, aliada aos incentivos à autoformação continuada, tanto para o desenvolvimento de quadros profissionais, quanto para o de voluntários a ser engajados em movimentos mais amplos, constituídos de núcleos, que possam fazer intercâmbios de experiências.

Entretanto essa situação não é própria de todas as universidades, em quaisquer regiões do país. Em recente pesquisa⁴, efetuada em cidade média do interior do Estado de São Paulo, foi constatado, por análise documental, tanto na Instituição de Ensino e Pesquisa, com curso de Educação Física, quanto nas organizações do mercado de trabalho (Clubes e Hotéis)⁵, uma percepção não atualizada do campo do lazer, do ponto de vista conceitual e como campo de atuação, de suas possibilidades para além do descanso e do divertimento, incluindo também o desenvolvimento pessoal e social, podendo contribuir para a transformação do indivíduo em pessoa, e desta em cidadão.

Portanto há muito a ser feito na área de formação e desenvolvimento de quadros para que a situação seja alterada, e este é um dos principais elementos de uma Política de Esportes e Lazer, e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

É dessa perspectiva até aqui colocada que vemos a formação e o desenvolvimento de quadros dentro do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Da perspectiva da animação sociocultural, a partir da estrutura de animação já especificada anteriormente.

Segundo estudos empreendidos por BERNET (1997), a animação sociocultural tem como finalidade promover nos grupos e comunidades uma atitude de participação ativa no processo de desenvolvimento social e cultural. Assim, a idéia de participação constitui um dos núcleos centrais da atuação do profissional do lazer preocupada com a animação sociocultural, e nesse caso não se trata somente de incentivar a participação em atividades, mas de despertar as pessoas para a importância da atitude participativa. O autor concebe a animação sociocultural como uma ação educativa, esclarece que ela é orientada para o entendimento dos sujeitos não como clientes de determinada oferta e serviços de atividades de lazer, mas como cidadãos ativos de seu grupo ou comunidade, responsáveis pelo processo de desenvolvimento dos projetos com os quais se envolvem (ISAYAMA, 2002).

Assim, não se trata de promover apenas ações de difusão cultural, mas também de participação e criação culturais. A ação deve e precisa superar a da indústria cultural

O termo sociocultural associado à animação nos remete a pensar que esse profissional busca alicerçar o seu trabalho na vontade social e no

4. MORENO, T.S. Lazer/Recreação e Formação Profissional. Dissertação de Mestrado em educação física. Unimep. Piracicaba, 2005.

5. A cidade não contava com Política Pública de Esporte e Lazer.

compromisso político-pedagógico de promover mudanças nos planos cultural e social. Portanto, uma ação preocupada com essas questões pode contribuir com o efetivo exercício de cidadania e com a melhoria da qualidade de vida, buscando a transformação social, no sentido de tornar a nossa realidade mais justa e humanizada. Representa, portanto, uma ação educativa preocupada com a emancipação dos sujeitos (ISAYAMA, 2002). Para tanto o lazer pode ser vivenciado em conteúdo e forma, como denúncia/anúncio de uma realidade opressora e de uma nova ordem (MARCELLINO, 2005).

Mesmo com um longo tempo de atuação no mercado, a realidade do profissional de lazer ainda é pouco reconhecida. Algumas peculiaridades da nossa atuação e “as inúmeras ‘interfaces’ e ‘inter-relações’ do lazer com os diferentes fenômenos sociais, contribuem para uma dispersão dos profissionais associando-os diretamente ao tipo de organização em que atuam e não ao tipo de tarefa que exercem” (PINA, 1995, p. 119). Para superarmos essa realidade, será necessário situarmos o papel do profissional desta área em várias instâncias: organizando atividades, liderando grupos ou comunidades, iniciando as pessoas em diferentes modalidades físicas e esportivas, transmitindo-lhes as técnicas básicas e, também, administrando recursos para que grupos ou coletividades possam usufruir as atividades de lazer. Nessa perspectiva, a qualificação do quadro de pessoal que atua no campo do lazer independentemente do tipo de equipamento (tipologia, dimensões, capacidade, composição das instalações) torna-se ponto fundamental para a qualidade de serviços prestados nessa área. Outro aspecto está relacionado aos processos de gestão agregados à administração, à programação, à animação e à manutenção adotados por esses espaços (PINA, 1995).

Para atuar profissionalmente na área do lazer independentemente da função a ser exercida, Pina (1995, p. 127-8) coloca que esse profissional necessita da combinação de algumas características: “a) Formação; b) informação; c) comportamento e atitude; d) atualização; e) imaginação e intuição; f) criatividade; g) cooperativismo; h) dedicação; i) comunicação; j) autoformação permanente”.

A falta de formação profissional e competência técnica dos secretários, gerentes, coordenadores, entre outras funções que recebem autonomia para o planejamento das atividades de esportes e lazer, tanto no setor público governamental quanto no não governamental e corporativo, é outro fator limitador do desenvolvimento de uma política capaz de retratar os princípios políticos, pedagógicos e democráticos.

No entender de Zingoni, o lazer, como direito social, aparece sobretudo nos discursos dos políticos, que sempre o concebem como “o redentor dos problemas sociais” (ZINGONI, 2003, p. 220). Para a autora, uma alternativa que contribuirá com a mudança dessa realidade está pautada na:

[...] implementação da reforma administrativa nas Prefeituras, procurando identificar, na relação entre Estado e sociedade, emergência de uma nova institucionalidade na qual a descentralização político-administrativa e a participação da sociedade civil no campo das políticas sociais de esportes e lazer merecem destaques especiais (ZINGONI, 2003, p.221).

Ao colocar os desafios que se apresentam, de modo particular aos gestores da área, na atualidade, Maia constata que:

O cotidiano do mundo atual coloca o gestor, público e privado, diante do desafio de ofertar programas de lazer e recreação com base em iniciativas consistentes e significativas para atender, de maneira responsável à expectativa da sociedade, por meio de uma ação qualificada, que tenha origem no princípio de maior socialização e democratização dos bens culturais da humanidade (MAIA, 2003, p.81-82).

Entretanto esse processo encontra algumas barreiras a ser superadas e uma delas é a má formação dos profissionais que atuam no campo do lazer. Isso fica evidente quando notamos no cotidiano que há a falta de capacidade técnica dos gestores, o não aperfeiçoamento e a não atualização dos profissionais, a falta de elaboração de programas com base na participação popular local, o não acompanhamento das ações, entre outros elementos. Para Maia, os profissionais envolvidos com as atividades de esportes e lazer necessitam de:

[...] uma sólida formação cultural, social e política com uma atuação pautada numa visão ampla de aspectos que estão subjacentes à sua intervenção, como o dilema existente entre a massificação da cultura, pautada na indústria cultural, com sua lógica do consumismo, do modismo, do individualismo e do status, tão em voga na vivência do lazer em nossa sociedade, e o entendimento da difusão e da criação culturais, balizado na identidade cultural como âncora de um saber-fazer que considere e respeite a produção própria de cada segmento social e comunitário (MAIA, 2003, p.94).

Os espaços de lazer devem exigir dos seus profissionais uma atuação que esteja em constante transformação, pois o papel desse profissional como educador é construir uma política de lazer que “efetivamente democratize

e socialize os bens culturais da humanidade, independentemente de classe social, raça e religião; tendo como princípios básicos a cultura e uma vigilante reflexão do dilema do lazer como mercadoria, produto da indústria cultural” (MAIA, 2003, p. 99).

O profissional que atua no campo do lazer pode desempenhar uma diversidade de funções. A administração, a organização, a coordenação, o planejamento e a execução de vivências são algumas das possibilidades. Isayama (2003, p. 62) aponta que os “conhecimentos específicos sobre o lazer ou relacionados a ele, tais como a recreação, o lúdico, o prazer, etc” são elementos fundamentais na intervenção desses profissionais.

Em relação às possibilidades de intervenção que possam contribuir na atuação do profissional que trabalha com o lazer, o autor cita que a promoção da sua capacitação deve ocorrer:

[...] por meio da construção de saberes e competências referentes ao lazer os quais devem estar relacionados ao comprometimento com os valores alicerçados em uma sociedade democrática; à compreensão de nosso papel social na educação para o lazer; ao domínio dos conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares; e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação que auxiliem no aperfeiçoamento da prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas (ISAYAMA, 2003, p. 63).

Nessa perspectiva, devemos proporcionar ao profissional uma visão mais ampliada do seu contexto sociocultural, contribuindo para que as pessoas envolvidas nas atividades tenham mais criticidade quanto à ordem vigente, superando, assim, a “perspectiva tradicional de lazer”, que se caracteriza por contribuir e reforçar os valores da ideologia dominante, levando os profissionais a desenvolverem práticas tradicionais que não possibilitam envolvimento crítico, criativo e consciente dos participantes (ISAYAMA, 2003).

Entendemos que a animação sociocultural concebida como a metodologia que permite a estreita unificação entre o desenvolvimento social (obtenção de níveis mais elevados de bem-estar social) e o desenvolvimento cultural (única forma de o ser humano se situar lucidamente no mundo e aí construir a via que lhe é própria) é um caminho a ser conquistado pelos profissionais do lazer (CARVALHO, 1977).

A busca de uma definição que demonstra todas as possibilidades existentes no campo da animação é anunciada como animação-integração

e animação-contribuição. A primeira traduz um sentido passivo (estado do ser humano que recebe uma ação exterior) e a segunda um sentido ativo que anima esse ser mobilizando-o na perspectiva de encontrar um caminho, uma via de afirmação perante a sua realidade.

Para Carvalho, a animação deverá definir-se como ação:

(...) espontânea e/ou provocada, que permitirá ao indivíduo assumir o seu próprio desenvolvimento, o que pressupõe uma profunda tomada de consciência, por parte do animador, do significado da cultura e das necessidades do cidadão e do grupo em que atua (CARVALHO, 1977, p. 149).

A animação sociocultural permite uma intervenção profunda nos grupos sociais utilizando os princípios desta ação, buscando o desenvolvimento social e cultural dos seres humanos. Carvalho afirma que a conquista desse desenvolvimento é concebida por meio de outros objetivos que visam a:

- uma maior compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, de modo a poderem apreender, com maior clareza e profundidade, os problemas que dizem respeito à sua profissão, aos indivíduos que os cercam, à família, etc;

- uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo se encontra, única forma de poder participar mais empenhadamente e atuar mais intensamente na pesquisa das soluções, sempre renovadas, dos problemas da sua comunidade;

- uma mais extensa preparação para receber e ser capaz de se afirmar frente às constantes alterações provocadas na sociedade pelo progresso científico e técnico, o que o levará a ter que se pensar constantemente as coordenadas que definem o comportamento do indivíduo (CARVALHO, 1977, p. 150).

A superação da ação tradicional no campo do lazer deve acontecer na perspectiva da animação sociocultural, anunciada por Carvalho (1977). Ao seguir esse caminho, a ação profissional poderá buscar subsídios que fundamentem uma ação mais abrangente e transformadora, visto que “a animação sociocultural, assim, busca se alicerçar na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças no plano cultural e social” (STOPPA; ISAYAMA, 2001, p. 94).

Outros aspectos, como o trabalho de interação e de troca de informações entre as pessoas e os grupos que proporcionam a abertura de novos canais

de comunicação, a conscientização das pessoas a respeito do individual e do coletivo, a elaboração das ações concretas a partir da opinião de todo o grupo, a reflexão sobre a necessidade da autêntica participação de todos os sujeitos no processo de emancipação também são essenciais para uma atuação na perspectiva da animação sociocultural (CARVALHO, 1977). Para que esses elementos tornem-se evidentes na atuação do profissional, a sua manifestação deve ocorrer a partir de quatro noções básicas, as quais são propostas pelo autor como:

Facilitação: em que centrará a sua atenção especialmente sobre a rede de comunicações elaborada pelo grupo, procurando abrir sempre novos e mais profundos canais de comunicação;

Clarificação: procurando esclarecer o grupo e cada um de seus elementos sobre o significado do comportamento individual e coletivo;

Catalização: suscitando um movimento de constante procura do grupo no sentido de este poder elaborar, por si próprio, as formas concretas de ação para que está, no momento, motivado;

Promoção: como resultado de toda a ação definida anteriormente, poder-se-á elaborar uma autêntica via participativa de todos os elementos do grupo, única forma, parece-nos, de construir uma autêntica via emancipadora (CARVALHO, 1977, p. 155-56).

Além de se manifestar com essas características, a animação é uma ação educativa que pode e deve ser incluída no processo educativo, tanto das crianças quanto dos jovens, adultos e idosos. Essa possibilidade se tornará realidade quando os profissionais do lazer ajustarem seus objetivos a partir de uma ação mobilizadora de consciências proporcionando sentido e justificação à existência do ser humano (CARVALHO, 1977).

Segundo Carvalho, a animação como processo educativo:

[...]pretende, acima de tudo, provocar alterações concretas na forma de vida dos indivíduos através da sua adesão a atividades próprias, procurando, finalmente, alterações estruturais, única forma de realizar, no plano real, uma autêntica ideologia da transformação social e do desenvolvimento (CARVALHO, 1977, p. 147).

A animação promovida como educação informal, no tempo disponível das pessoas, tem o caráter recuperativo da sua formação, a qual pode ser realizada numa instituição que esteja ligada ou não ao tempo disponível, desde que se respeitem as características básicas das atividades

desenvolvidas nesse tempo. Enfim, a animação deve ser concedida às pessoas a partir do instante em que a “adesão livre e espontânea do indivíduo, liberdade de escolha do comportamento a adotar, respeito pelas suas características e aceitação dos seus pontos de vista” tornam-se pontos essenciais nas vivências (CARVALHO, 1977, p. 148).

Algumas questões relacionadas à atuação profissional dizem respeito à constante pressão dos profissionais para que as pessoas participem de todas as atividades programadas, chegando a haver certa coerção, embora realizada de modo sutil (STOPPA, 1999). O profissional nesse tipo de ação desconsidera o ócio como possibilidade de lazer, pois entende o “nada” como algo negativo decorrendo daí a sensação de tempo perdido a partir do momento que os envolvidos preferem apenas assistir, ao contrário de praticar (STOPPA; ISAYAMA, 2001).

É relevante conscientizar o profissional do lazer sobre sua atuação, pois sua prática ocorre em uma área em que o direito de escolha está implícito nas ações dos envolvidos que participam das atividades físicas e esportivas desenvolvidas. A capacidade de reflexão deste profissional precisa ser abrangente e, para isso, o aprimoramento da escuta é fundamental (STIGGER, 2003).

Desenvolver uma política de lazer e esportes nessa perspectiva significa, mais do que oferecer serviços à população, criar condições para a promoção do debate e da reflexão sobre essas mesmas políticas, no sentido de construção de um projeto coletivo, em que as escolhas aconteçam democraticamente, de forma qualificada e consciente (STIGGER, 2003, p. 117).

O profissional do lazer, ao compreender a escolha e a escuta como instrumentos fundamentais para sua atuação, possibilita a democratização e coloca-se em jogo com a população local, promovendo uma escolha pedagógica, que identifica o espaço de lazer como um espaço pedagógico, e o profissional como um educador (STIGGER, 2003).

Na busca de despertar nos profissionais uma atuação consciente, pois seu papel vai além da reprodução de movimentos ou da simples transmissão de informação, é necessária uma compreensão mais ampla das questões relativas ao lazer e de seu significado para o ser humano, visto que na sociedade contemporânea a manifestação do lazer é colocada como reivindicação social cada vez mais exigente (MARCELLINO, 2001).

A superação dos problemas apresentados na atuação dos profissionais especialistas terá uma intervenção mais consistente quando sua ação ocorrer em equipes multi, pluri ou interdisciplinares. Para Marcellino

(2001), isso não significa a procura da unidade do conhecimento sobre a realidade social e, sim a importância do envolvimento entre os diversos domínios existentes dentro da própria dos estudos do lazer e, também, entre as demais áreas, que com eles se relacionam.

Nesse sentido, Marcellino fala-nos que, para superarmos tais problemas, é fundamental a formação de um novo especialista que vá além do “especialista tradicional” (2002b), capaz de perceber também a noção de totalidade e integrar equipes multidisciplinares, em busca de trabalhos interdisciplinares.

A capacitação adequada do profissional atuante no campo do lazer possibilita que sua atuação seja ativa na elaboração das programações, tornando-o um componente fundamental para a equipe de planejamento participativo. Dependendo do nível da sua capacitação e de seu conhecimento profissional, suas ações acabam extrapolando sua área de intervenção e passam a atingir os demais aspectos que envolvem o lazer (MARCELLINO, 2001).

Para que o profissional adquira todas essas competências, será necessário ele “mesmo se respeitar, estudar, se aprofundar, percebendo a interseção de suas áreas com as demais e não reforçando os estereótipos do sujeito simpático, bom camarada, que sabe ‘agitar’ pura e simplesmente” (MARCELLINO, 2001, p. 25).

Atualmente, cresce o interesse pela pesquisa na área. O número de grupos de pesquisa registrados na base Lattes do CNPq, com a palavra “lazer”, cresceu de 41, no penúltimo levantamento (2002), para 84 no último (2004), nas mais variadas áreas de conhecimento. São diversos os grupos de discussão e Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs) sobre estudos do Lazer, existentes em sociedades científicas no país. O tema está ganhando espaço também em congressos e seminários de educação física, turismo, políticas públicas, antropologia, etc. O Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel) terá, em 2007, sua décima nona versão.

Integrando a cultura em seu sentido amplo, o lazer como necessidade humana sempre existiu, embora com contornos distintos ao longo da história. Hoje em dia, adquire características de mercadoria vendida no mercado do entretenimento, mas pode ser visto também como elemento de denúncia da realidade opressora e anúncio de novas possibilidades de vida: como direito social, que possibilita a participação cultural do cidadão, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social, além do seu descanso e divertimento.

Com a criação do Ministério do Esporte, a realização das duas primeiras Conferências Nacionais do Esporte, onde o Lazer fez parte das temáticas, o estabelecimento com ampla participação popular da Política Nacional do Esporte e Lazer, e a criação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, capacitar e desenvolver uma estrutura de animação, composta de animadores profissionais (de competência específica e geral) e de animadores voluntários, é um dos grandes desafios que se apresentam para órgãos gestores de políticas públicas na área. Devemos enfatizar, mais uma vez, que a busca deve ser por um novo especialista, atuando em equipes multiprofissionais, procurando o trabalho interdisciplinar, a partir de uma visão concreta do lazer, aliando competência técnica, sólida cultura geral e exercício constante da reflexão sobre a ação desenvolvida, consubstanciada no compromisso com a mudança, através da exploração das amplas possibilidades de se trabalhar no plano cultural, de uma perspectiva democratizada.

2. A pesquisa documental – Os casos de Campinas e de Piracicaba

A análise documental que visa a identificar qual a preocupação e providências do setor público no que diz respeito à formação de pessoal profissional que atua na área do Esporte e Lazer teve como material de base algumas leis, decretos, competências de Secretarias Municipais, criação de Conselhos Municipais e de Fundos Municipais.

Ambas as cidades em estudo apresentam um conjunto amplo de providências do poder público para garantir o oferecimento à população de qualidade em seus diversos serviços. Essa realidade é evidenciada pelo número de Secretarias Municipais às quais estão vinculados administrativa e operacionalmente diversos Conselhos Municipais que visam a integrar o setor público e seus servidores com membros da sociedade civil organizada. Dentre os diversos Conselhos Municipais destacamos o que é objeto deste estudo na área do Esporte, Lazer.

Ao tratarmos da formação e desenvolvimento de pessoal, para atuação em Políticas Públicas na área de Lazer e Esporte, o fazemos baseados em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania de todas as pessoas envolvidas – população, servidores públicos e demais profissionais em atuação. Nesse sentido, para estabelecer o diagnóstico da realidade nos Municípios de Campinas e Piracicaba começamos por identificar o que está previsto na secretaria específica relativa a esta área em estudo, depois na Lei Orgânica dos Municípios e em leis de caráter geral dos Municípios, somando-se aquelas que regulam os Conselhos e seus respectivos Fundos.

No caso de Campinas, a secretaria é denominada de “Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer – SMCEL”; já no caso de Piracicaba é denominada “Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras – SELAM”. A própria denominação já demonstra diferenciações no âmbito de atenção de cada uma delas. A Secretaria de Campinas tem em seu conjunto não apenas o Esporte e Lazer, mas todo o aspecto da Cultura, algo que em Piracicaba encontra-se em uma Secretaria específica, a “Secretaria de Ação Cultural”.

É importante notar que o Município de Piracicaba, na nomenclatura de sua Secretaria explicita além do esporte e lazer as atividades motoras, tendo como motivação fundamental o fato de que normalmente os órgãos públicos que atuam na área, muito embora desenvolvam atividades

motoras orientadas (ginástica, musculação, hidroginástica, caminhadas etc) para os diversos segmentos sociais, as quais diferem de atividades esportivas ou de lazer e recreação, tanto no conteúdo como no objetivo e atitude de quem as procura, não costumam incluir este serviço prestado na sua nomenclatura.

Em Campinas os documentos da própria SMCEL permitem encontrar a descrição de sua função nos seguintes termos “coordenar e desenvolver as atividades culturais, esportivas, de lazer e de preservação da memória de Campinas” e também responsabilizar-se por diversos equipamentos de lazer e pela promoção de eventos divulgados em periódico próprio mensalmente distribuídos à população. Quanto à Piracicaba, as funções da SELAM estão detalhadas na Lei Orgânica do Município e, neste caso, aparecem na mesma seção que une Cultura, Esporte e Lazer. Sem grandes detalhes que diferenciem de um município ao outro o acesso à população na perspectiva de um direito inalienável à cultura, às práticas esportivas em geral e não apenas as de alto nível, práticas de lazer e recreativas diversas estão assinaladas.

Pode-se observar que, embora Esportes, Lazer e Cultura façam parte da mesma Secretaria, eles não aparecem juntos na Lei Orgânica do Município de Campinas, inverso do que ocorre com o Município de Piracicaba, em que vêm juntos, embora sejam objetos de Secretarias independentes. Na Lei Orgânica de Campinas, Esporte e Lazer aparecem junto ao Turismo, enquanto a Cultura, junto à Educação. Após indicar os vários compromissos do município nas áreas mencionadas, referindo-se em cada artigo a uma ou mais leis que regulamentam os serviços, a implantação e preservação de equipamentos entre outros elementos, em ambas as peças legais há uma explícita menção à necessidade de que profissionais especializados e capacitados estejam à frente das atividades previstas.

No entanto, em nenhuma das duas Leis Orgânicas em estudo há a explicitação do processo de formação e desenvolvimento de pessoal para atuar nestas áreas. A perspectiva de investimento prevista direciona-se, via de regra, ao aperfeiçoamento do atleta ou de profissional de produção ou difusão da cultura.

De modo semelhante, guardadas as proporções dos municípios em estudo, há uma afirmação em suas Leis Orgânicas e Planos Diretores sobre o compromisso de que a população tenha acesso, sem quaisquer formas de discriminação, aos bens e equipamentos públicos, distribuídos

equitativamente pelo município. Outro fator relevante para os estudos do lazer e dos esportes é a concepção de que as esferas (cultura-esporte-lazer) da experiência humana estão em mesmas condições de prioridade e reconhecimento que compromissos com a habitação, o trabalho, a saúde, a educação, demonstrando uma concepção de que lazer-esporte-cultura não são elementos acessórios ou algo para ser postergado na vida das pessoas.

A relevância desse fator exige que se ressalte a ausência de um processo explícito de formação e capacitação de pessoal para atuar na área de modo que tal propósito se concretize. Isto porque, a título de exemplo, na Lei Complementar do Município de Campinas se afirma que: “a cidade cumpre sua função social quando proporciona condições adequadas de habitabilidade, trabalho, lazer, cultura, educação, esportes, mobilidade, saúde, meio ambiente e cidadania.” Ora, como garantir esta possibilidade se a formação de pessoal e capacitação continuada não estiver prevista como parte integrante de suas leis e processos organizativos das Secretarias?

Nos Municípios em estudo, seus objetivos e diretrizes estão voltados em síntese à valorização de atividades físicas, esportivas e de lazer, como fator de bem-estar individual e coletivo, no sentido de promover a inclusão social através de atividades da área. Chegam a mencionar o incentivo a diversas modalidades de práticas esportivas e de lazer referindo-se aos esportes de alto nível, ao esporte de formação, aos eventos esportivos e de lazer e ao esporte e lazer comunitários, segundo termos das Leis de Piracicaba ou as de Campinas.

Quando se observa os documentos, aqueles referentes ao provimento de formação no âmbito de esportes e lazer, dentro os quais alguns poderiam ser considerados como possíveis ações voltadas à formação a exemplo de “promover o intercâmbio e a integração com instituições de ensino superior, visando à promoção da cultura e pesquisa esportivas”, mesmo nesses casos estamos muito longe de uma real determinação de capacitação de pessoal para atuar na área. No inciso mencionado, a possibilidade de que esteja relacionado com nosso objeto de estudo, a formação, poderia ser apreendida da menção a uma maior “integração com instituições de ensino superior”, constituindo-se em uma possível abertura para o processo de formação por meio de intercâmbios, mas é muito tênue a relação.

O mesmo se pode dizer quando analisamos os documentos relativos aos dois Conselhos Municipais que tratam do Esporte e do Lazer, em ambas

as Prefeituras. Os Conselhos com seu caráter normativo, consultivo, opinativo, propositivo, deliberativo e orientador trazem entre suas responsabilidades a de “incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais dos esportes e de lazer,” no caso de Campinas e, no caso de Piracicaba, preocupa-se com “programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos”, o que manifesta a perspectiva de formação e desenvolvimento pessoal como integrante de sua política e da atividade pela qual zelam seus Conselhos.

Poderíamos tomar desses textos, de ambos os municípios, a preocupação ora com o incentivo ao aperfeiçoamento dos profissionais, ora com a formação dos munícipes, e assumir esses dados como uma perspectiva para tratar da importância da formação profissional para atuar em esporte e lazer. A isso, unindo as perspectivas apontadas nas Leis Orgânicas e Planos Diretores, que prevêm a formação do servidor público para atuar de modo mais qualificado possível em suas áreas, e tal demanda poderia vir das Secretarias envolvidas com Esporte e Lazer sem qualquer dificuldade, uma vez que ambas mencionam sua sintonia com os níveis estaduais e federais para a área.

Nesse caso, o estímulo a esta posição de buscar melhor capacitação e formação encontra-se em sintonia com o eixo 2, relativo a recursos humanos, emanado da II Conferência Nacional de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Visto que está explícito neste documento de alcance nacional a seguinte diretriz:

*O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com base em diagnóstico de recursos humanos, deverá elaborar uma política de formação inicial e continuada, nos níveis básico, superior e pós-graduação, a distância, respeitando critérios econômicos e geográficos, e presencial, sob a orientação das Instituições de Ensino Superior e envolvendo instituições gestoras, formadoras, científicas e comunitárias, ampliando e garantindo o acesso e a permanência ao ensino público gratuito e de qualidade*⁶.

No caso de Piracicaba, diferentemente de Campinas, em apenas uma lei⁷, se constitui a Política Pública Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, se cria o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividades Motoras e se cria o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Atividades Motoras, revogando a leis anteriores. Em Campinas, cada um desses processos foi alvo de leis e decretos independentes.

6. Ministério do Esporte, Resoluções da II Conferência Nacional do Esporte. Brasília, 2006. [grifo acrescentado]

7. Lei N.º 5.449, de 02 DE JULHO DE 2004.

No texto legislativo de Piracicaba observa-se, no primeiro capítulo, a descrição geral dos princípios dessa área na cidade, passando-se no capítulo II a descrever as competências do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, que passa a ser vinculado à Secretaria de nome correspondente e tem caráter consultivo, normativo, opinativo, etc., aponta para uma provisão de recursos de seu Fundo para garantir a formação e desenvolvimento de pessoal.

No caso de Campinas, as leis que instituem os Conselhos Municipais da área afirmam que a “Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer oferecerá suporte técnico e administrativo ao Conselho, para o fiel desempenho de suas atribuições.” Nesse sentido, a existência de um processo de formação e capacitação continuada dos profissionais que atuam na área tem sua garantia nos textos da Lei, bem como, tem as indicações das condições de oferecimento do mesmo. Este aspecto pode e deve ser amplamente debatido com o Secretário Municipal e os Diretores das Áreas relativas a essa Secretaria para que junto aos respectivos Conselhos estabeleçam entre suas metas e prioridades essa responsabilidade fundamental de formação, para que as políticas públicas não apenas respondam à demanda da população, mas tenham a capacidade de oferecer um leque de horizontes amplos sobre lazer e esporte a partir da construção de reflexões teóricas básicas sobre os diversos conteúdos culturais do lazer e a importância de uma democratização destas oportunidades e da participação coletiva crítica e criativa na eleição das atividades das quais desejam participar.

Segundo Stigger (1998) é preciso tratar do lazer não de forma descontextualizada dos outros aspectos da vida social para que as pessoas não sejam meras consumidoras de pacotes ou programas prontos ou divulgados em mídias de massa. Ao contrário, o autor propõe a formulação de políticas públicas, que se inicia com base no entendimento conceitual sobre a área e alimenta as possibilidades de participação efetiva da população na definição da proposta.

O princípio de uma boa formação profissional que saiba articular os conhecimentos da área de estudo e a democratização da participação popular, está no aprimoramento da capacidade de escuta, ou seja, “o exercício da escuta não se resume a responder as demandas da população local, mas, sim, constitui-se numa política realizada com a participação da população, que se estabelece na democratização do poder decisório”. (STIGGER, 2003, p.117)

A perspectiva de tratar da formação e do desenvolvimento de pessoal articulados a Políticas Públicas na área de Lazer e Esporte tem como pressuposto a participação da população em seu pleno exercício cidadão, na dimensão de não apenas restringir-se a um conjunto de demandas, por já serem conhecidas, mas ampliar sua compreensão a fim de fazer frente a reduções promovidas pela indústria cultural, ou pela mera “esportivização” do lazer, ou pela redução da cultura aos aspectos artísticos e intelectuais e sua transformação em mercadorias, muitas vezes de caráter descartável.

Embora na documentação de Piracicaba este aspecto não esteja explícito, nos de Campinas, com a criação de Conselhos e Fundos Independentes, dentre os quais um cuida da Cultura e outro do Esporte e Lazer, esta perspectiva do esporte que se sobrepõe ao lazer, ou o relega a planos de não muito destaque, confirma o imaginário social dominante há pouco mencionado.

A título de exemplo cabe citar o caso de Campinas no qual o “Fundo de Investimentos Esportivos do Município de Campinas – FIEC” tenha como termo recorrente na lei a expressão “projetos esportivos” negligenciando seu caput que trata de esporte e lazer em suas diferenciadas formas de expressão. Na própria denominação do fundo, observa-se que foi suprimido o termo Lazer. Esse binômio até então estava presente nos demais documentos analisados. Certamente, outros detalhes do texto legislativo que seguiremos apresentando por meio de alguns destaques evidenciam esse princípio crítico de análise.

O processo só ameniza esta ênfase no esporte quando ao mencionar as linhas de ação estabelecidas por lei, apresenta “esporte de participação e lazer”, “esporte educacional”, “esporte de rendimento” e “para-desporto”. Na primeira e na quarta linha de ação da prática esportiva, o lazer está mencionado em conjunto. Contudo, a destinação senão exclusiva, mas prioritária ao esporte está dada nos incisos VI e VII do artigo 3º da Lei 12.352, os quais tratam de estudo e pesquisa, mencionando “bolsas de estudo, pesquisa e trabalho para técnicos e atletas...”, o que claramente demonstra que não são recursos para a formação de pessoal para atuação na área, mas para atletas e técnicos, o que implica esporte de alto rendimento e não lazer. O mesmo se pode depreender do inciso VII, que trata da formação nos seguintes termos: “programas e eventos de caráter esportivos, destinados à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal (cursos e seminários)”.

O que é fortemente significativo, e pode se constituir em uma das possibilidades do sistema para a que a formação e desenvolvimento

de pessoal também alcance o lazer, é o fato de que há a previsão de investimentos em formação e promoção de eventos nessa direção, e no caput da Lei, o lazer e o esporte apareçam juntos e, por esse caminho, se pode reivindicar a participação mais efetiva voltada para socializar a amplitude dos estudos do lazer atualmente, com os profissionais e projetos financiados pelos Municípios em suas Secretarias.

Entre as possibilidades de superar a predominância do esporte de rendimento ou a “esportivização” do lazer está a de considerar o que afirma João Freire (2002), ao dizer que o esporte só faz sentido porque, antes de mais nada, ele é jogo, ele é fonte de prazer, porque mobiliza uma dimensão lúdica do humano e, em sua opinião, precisa ser visto como fonte de conhecimento. O jogo integra o fenômeno lúdico mais geral, assim como este se inclui na atividade humana como um todo, e só assim, no contexto da totalidade humana, poderia ser compreendido.

No cerne do caráter lúdico e estruturador da cultura é importante que lazer e esporte possam se encontrar no debate das Políticas Públicas da área e nos processos de formação profissional. É preciso deixar em destaque que ora a supressão, ora a contraditoriedade, ora a naturalidade como o lazer aparece junto ao esporte, ou é suprimido por este último nos textos legislativos aponta, sem dúvida, para um tema importante a ser tratado nos processos de capacitação e desenvolvimento de pessoal que atuam nestas Secretarias e seus segmentos.

Na cidade de Campinas, outro documento que merece destaque é a legislação que cria o Fundo de Investimentos Culturais – FICC, em vista de seu detalhamento sobre que aspectos valorizar e qual a concepção de cultura que está na sua base. O Fundo tem como finalidade apoiar projetos estritamente culturais mas em nenhum dos pontos referentes à destinação de recursos se trata da perspectiva de formação e desenvolvimento de pessoal para pensar, planejar, apoiar, estimular ou realizar qualquer ação na direção de Políticas Públicas de promoção da cultura no Município.

Em Piracicaba não há muita diferença sobre essa perspectiva de concepção de cultura e de não investimento em capacitação para a atuação em Políticas Públicas na área. O que há de significativamente diferente é que a Cultura faz parte de uma secretaria específica diferenciada do lazer e esporte, enquanto em Campinas são parte da mesma secretaria, embora com Conselhos, Regimentos e Fundos independentes vinculados à única gestão da SMCEL.

Em linhas gerais, retomando o caso de Campinas, o que antes se aplicava ao esporte e às práticas esportivas se aplica às manifestações e expressões da diversidade cultural. É de fundamental importância destacar que a concepção de cultura aqui apresentada está fortemente vinculada à perspectiva artística. As manifestações culturais são para este documento legal todo o conjunto artístico, intelectual, manual, social que faz parte da vida das pessoas e das particularidades de cada cidade e região. O conceito de cultura, aqui proposto, traz o limite de sua identificação com uma parte da cultura, mas que não é sua totalidade.

Nesse sentido, é extremamente pertinente acompanhar a reflexão de Christianne Gomes (2004, p. 124) quando afirma que “a cultura constitui um campo de produção humana em várias perspectivas, e o lazer representa uma de suas dimensões: inclui a fruição de diversas manifestações culturais”. Segundo a autora, essa compreensão nos permite redimensionar o lazer e sua relação com a cultura, ao afirmar que o lazer compreende uma variedade de práticas culturais, dentre elas “o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), dentre várias outras possibilidades”. (GOMES, 2004, p. 124).

Em um plano também significativo para notar esta relação lazer e cultura, cabe acrescentar a concepção de lazer historicamente situada de Nelson Marcellino (1999, p.15), que o apresenta como:

Cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude. [...] Quando me refiro à cultura, não estou reduzindo o lazer a um único conteúdo, considerando-o a partir de uma visão parcial, como geralmente ocorre quando se utiliza a palavra cultura, quase sempre restringindo-a aos conteúdos artísticos. [grifo acrescentado]

Ao estabelecer esta análise vale ressaltar que os aspectos relativos ao lazer que pareciam extremamente ausentes no Fundo de Investimentos Esportivos de Campinas – FIEC, podem ser considerados presentes no Fundo de Investimentos Culturais – FICC. Isso se considerarmos a classificação por interesses em atividades de lazer apresentadas por Dumazedier (1980), chegamos ao fato de que os conteúdos culturais do lazer se classificam em artísticos, intelectuais, manuais, sociais e físico-esportivos. Este último, em certa medida atendido no que prevê o FIEC e os outros quatro extremamente presentes no FICC, em especial, se notamos a discriminação no Art. 3º da lei 12.355, das áreas culturais entre as quais podem se relacionar os projetos que serão financiados e

em seus treze incisos, a saber: artes cênicas; dança; artes plásticas e visuais; fotografia; cinema, vídeo e multimeios; artesanato; folclore e manifestações populares; biblioteca; arquivo; literatura e publicações em geral; música; museu; patrimônio histórico e cultural.

Desta constatação percebe-se que uma das necessidades prementes, no processo de formação e desenvolvimento de pessoal para trabalhar na área de esporte e lazer, é permitir que a população tenha acesso ao conhecimento e à democratização das várias possibilidades de descanso, diversão, desenvolvimento pessoal e social que não se restringem a atividades físico-esportivas. Desse modo, parece estar faltando não apenas ampliar o sentido de cultura, como o de lazer que, para muitos, está distante das atividades artísticas, intelectuais, manuais e sociais.

No processo de formação e desenvolvimento de pessoal é importante que alcancem uma compreensão pautada, por exemplo, na perspectiva proposta por Dumazedier (1980) ao identificar que o princípio do interesse buscado pelas pessoas em cada uma das atividades vivenciadas em seu tempo livre abre a possibilidade de estabelecer uma classificação dos conteúdos. Desse modo, as atividades físico-esportivas ou recreativas deixam de ser a única possibilidade vislumbrada como Lazer, embora predominem no imaginário social. Por isso, ele propõe uma classificação, na qual aponta cinco conteúdos: os físicos, os manuais, os intelectuais, os artísticos, os sociais e a estes, Luiz Otávio Camargo (1992) propõe um sexto conteúdo que é o turístico.

A distinção dos conteúdos culturais só pode ser estabelecida em termos de predominância – já que estes se encontram interligados – e representando escolhas subjetivas, evidenciando uma das características do lazer que é a opção individual. Em atividades que se busque prioritariamente atividades físico-esportivas, pode-se ter uma convivência social paralelamente, porém, esta surge como consequência da escolha inicial do indivíduo. Nelson Marcellino (2002c) chega a propor que o ideal seria vivenciar atividades que abrangessem os vários interesses, porém, critica que na realidade, as pessoas geralmente ficam restritas à vivência de apenas um campo específico de interesse, muitas vezes por não terem opções ou oportunidades de conhecimento de outros conteúdos, uma responsabilidade à qual a formação e capacitação continuada teria de responder fortemente no âmbito de ambas as Secretarias Municipais relativas ao esporte e ao lazer nos municípios de Campinas e Piracicaba, buscando rediscutir a articulação feita até o presente entre lazer-esporte-cultura.

Considerar a abrangência do lazer, tomando-o em seus diversos conteúdos culturais, traz como ganho formação e desenvolvimento pessoal no qual se capacite para um trabalho com equipes multiprofissionais, em busca da interdisciplinaridade e em que se busque a integração de ações, procurando superar os “feudos”, mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação e não de duplicação de esforço profissional. Essa atuação transcende as perspectivas disciplinares e promove

[...] um novo especialista, não o “especialista tradicional” – superficial e unidimensional – mas o que domine a sua especialidade dentro de uma visão de totalidade. E para contemplar essa visão são exigidos, pelo menos, dois requisitos: uma sólida cultura geral – que permita perceber os pontos de interseção entre a problemática do lazer e as demais dimensões da ação humana e a contribuição de outras áreas de ação/ investigação – e o exercício constante da reflexão (MARCELLINO, 2002a, p. 20)

A proposta de formação profissional, nos documentos a que tivemos acesso nesta pesquisa, de ambos os municípios, permite inferir que algumas menções a processos de pesquisa, de formação, de aperfeiçoamento sejam ampliados para além dos técnicos, atletas e artistas diversos. Pode-se dizer que uma formação multidisciplinar, como a que se espera para o profissional do lazer, é premente e encontra relativa abertura nas peças das legislações municipais, as quais destinam verbas para esse processo de formação e capacitação continuada do servidor público em geral. Os dois municípios mencionam que a formação, capacitação e aperfeiçoamento são prioridade.

Entre os documentos significativos que podem auxiliar esta concepção de formação continuada estão, não apenas os já analisados referentes às Secretarias Municipais, mas outros como exemplo das leis dos Conselhos Municipais anteriormente citados, ou que consta no documento da Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Campinas, o qual explicita compromisso com a formação de pessoal para atuar nas políticas públicas do Município:

A Secretaria Municipal de Recursos Humanos tem como missão desenvolver políticas que assegurem um sistema de gestão de pessoas, proporcionando a qualificação e a motivação dos servidores, bem como promover a integração, o desenvolvimento e a capacitação no sentido de potencializar suas competências, visando sempre à excelência de seu desempenho⁸.

8. CAMPINAS, Secretaria de Recursos Humanos, 2007.

No caso de Campinas também temos o programa intitulado EGDS – Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor, no qual encontra-se uma vasta bibliografia utilizada e preparada como material de apoio de cursos realizados para os servidores públicos, bem como diversas notícias ligadas à capacitação dos servidores e aberta ao público em geral. A própria palavra do secretário expressa essa dimensão ao dizer em recente palestra que a EGDS, órgão ligado à Secretaria de Recursos Humanos, abriu o ciclo palestras “Ampliando Horizontes”, que tem como objetivo diversificar os temas de conhecimento do servidor, contribuindo com sua motivação e qualidade de vida pessoal e profissional, além de aprimorar seu potencial de trabalho e atendimento à população.

Se tomarmos por base a perspectiva ensejada nesta que foi uma das últimas palestras do setor e a tomarmos em paralelo a outros documentos que tratam da qualificação do funcionalismo público, teremos mais indicativos de possibilidades de incentivar a abertura de uma vertente nova de formação na área de esporte-lazer-cultura no município de Campinas. E, o mesmo poderia ser previsto em relação a Piracicaba.

Entre as leis, ainda de Campinas, vale destacar a que dispõe sobre a criação do “Fundo de Desenvolvimento e Capacitação do Servidor – FDC”, a qual tem como propósito destinar recursos para, entre outras providências, “custear parcial ou integralmente, programas de capacitação profissional destinados a servidores.”

Se a esse conjunto de iniciativas de capacitação empenhadas pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos acrescentarmos outras legislações que tratam da política de cultura e esporte do município, dos regimentos internos e das diversas possibilidades de se constituir fundos para a realização das tarefas e competências dos Conselhos de Esporte e Cultura, vamos notar que o círculo se fecha, ou melhor, em espiral se desenha a possibilidade de formação ampla para a área.

Se no âmbito dos textos das leis que criaram os fundos, o de Cultura, trazia maior contribuição na explicitação de possibilidades de processos de formação e capacitação continuada, o inverso ocorre nos Decretos que normatizam os Fundos. Entre as possibilidades de reverter essa situação está a de pensar no esporte como uma das atividades e conteúdos culturais do lazer e ampliá-lo na perspectiva de inseri-lo na concepção de jogo como o elemento que, se não antecede a todas as modalidades esportivas, está na sua base, enquanto encontro de pessoas para sua prática, assistência ou reinvenção.

Dessa maneira, as aberturas que podem ser encontradas na legislação demandam que uma discussão sobre formação e desenvolvimento de pessoal articulado com as Políticas públicas tenha o espaço e as condições necessárias para se debater concepções mais abrangentes e mesmo contradições, para que a escolha democrática da população seja feita a partir de uma capacitação continuada, que permita ao profissional participar das reflexões que têm ocorrido na área.

[...] é imprescindível realizar estudos aprofundados sobre as relações mais amplas que são engendradas nas vivências de lazer, o que pode levar a maior compreensão do nosso cotidiano, considerando os diferentes pontos de vista, interesses e conhecimentos que engloba. Nesse caso, a ação/reflexão/ ação é um encaminhamento fundamental, e o profissional deve tornar-se um pesquisador de sua prática, reforçando o compromisso com o avanço do conhecimento e com a compreensão da realidade, promovendo uma interação entre teoria e prática (STOPPA; ISAYAMA, 2001, p. 96).

O alcance dessa possibilidade está vinculado a uma efetiva decisão de proporcionar ao profissional uma visão mais ampliada do seu contexto sociocultural, contribuindo para que as pessoas envolvidas tenham mais criticidade quanto à ordem vigente, superando, assim, a “perspectiva tradicional de lazer”, que se caracteriza por contribuir e reforçar os valores da ideologia dominante, levando os profissionais a desenvolverem práticas tradicionais que não possibilitam envolvimento críticos, criativos e conscientes dos participantes (ISAYAMA, 2003).

3. Em campo:

Para que pudéssemos compreender como se dá a formação e o desenvolvimento do pessoal que atua na área, nos dois municípios objetos de análise, qual sua formação e como tudo isso se reflete na sua atuação profissional, empreendemos uma pesquisa de campo, ouvindo os profissionais de atendimento direto à população e dirigentes. Verificamos ainda se e como a formação e o desenvolvimento ocorrem em ação, e os incentivos para a sua viabilização. E finalmente, buscamos verificar se a população sente os esforços empreendidos na formação e no desenvolvimento de pessoal, na ação desses profissionais no cotidiano, nos espaços e equipamentos de lazer das duas cidades.

Na pesquisa de campo foi utilizado o mesmo conjunto de técnicas de coleta de dados nas duas cidades, sendo que o número de informantes foi fixado por saturação de dados.

3.1. Observação participante

A principal técnica de coleta de dados foi a observação participante. O material constante dos diários de campo será utilizado durante todo este capítulo e nas Considerações finais. Mas é importante destacar, de início, que não pôde ser constatada, nas duas cidades investigadas, uma política de animação em rede, ou uma estrutura de animação. A maioria dos equipamentos visitados não conta com profissionais da área atuando regularmente, em atividades abertas à população. Alguns dos equipamentos só contam com profissionais na realização de eventos. Quando os profissionais existem, não se constata a formação de equipes multidisciplinares, mas sim a atuação preponderante, quase que exclusiva, do professor de educação física. As atividades que se destacam são as “escolinhas” ou atividades/aula. Alguns equipamentos são novos, outros foram reformados recentemente, mas muitos equipamentos ainda precisam de manutenção e reforma, em virtude de desgastes e de depredações, essas últimas, talvez, em decorrência da ausência da própria estrutura de animação. Além disso, foram utilizados outros instrumentos de coleta, cujos dados apresentamos a seguir.

3.1.1. Formulários: a visão dos profissionais

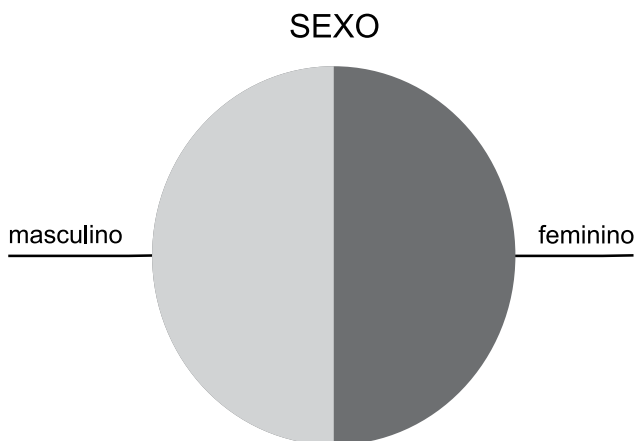
Para uma compreensão de conjunto da percepção dos profissionais sobre sua própria ação, torna-se necessário que consultemos aqueles que estão diretamente atuando junto à população, e também os que coordenam o trabalho.

3.1.1.1. Profissionais de atendimento direto ao público

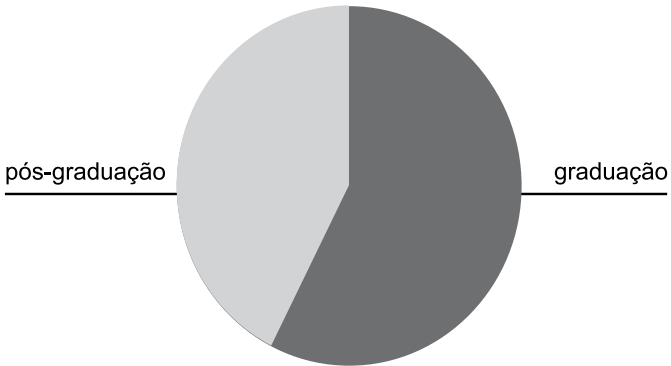
Os formulários foram aplicados aos profissionais de atendimento direto à população, em seus locais de trabalho ou por ocasião do final de palestra sobre a temática, ministrada nos órgãos que administram o lazer, nas duas prefeituras municipais. Apresentaremos os dados, separadamente, por cidade.

3.1.1.1.1. Campinas

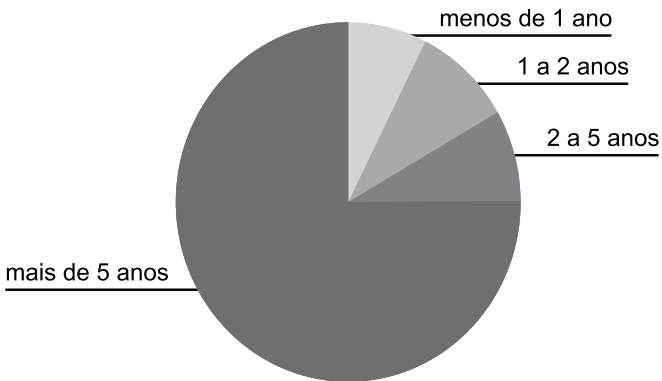
Foram aplicados vinte formulários a funcionários de atendimento direto (animadores socioculturais), divididos equitativamente entre os sexos, 11 com ensino superior e 9 com pós-graduação. A grande maioria está envolvida profissionalmente com a área (15 deles) e com a Prefeitura (13 deles) há mais de cinco anos. Observa-se uma situação funcional equilibrada entre contratados pela CLT (7) e outros: concursados e estatutários (8). Podemos verificar ainda que apenas uma minoria (4) afirmou ter recebido curso ou treinamento de ingresso quando entrou na instituição. Entretanto é alta a frequência daqueles que indicaram que a Prefeitura incentiva suas participações em cursos e congressos, para complementação e/ou atualização nas suas áreas de atuação, ainda que não tenham especificado como isso ocorre.



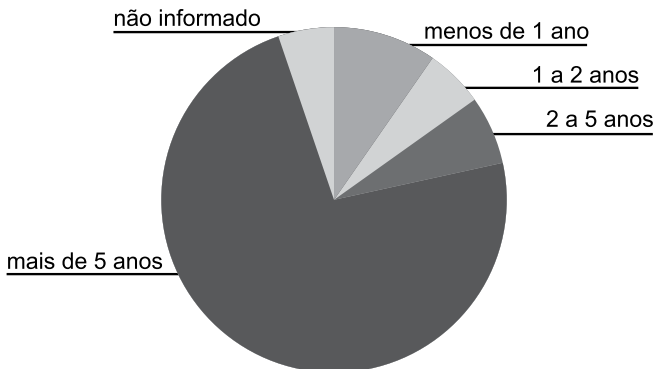
ESCOLARIDADE



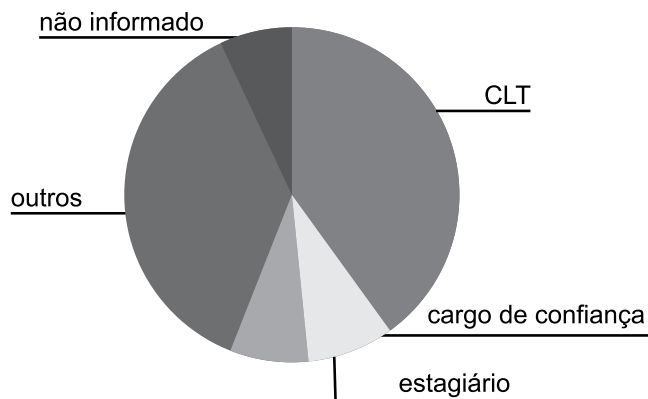
TEMPO DE TRABALHO COM LAZER



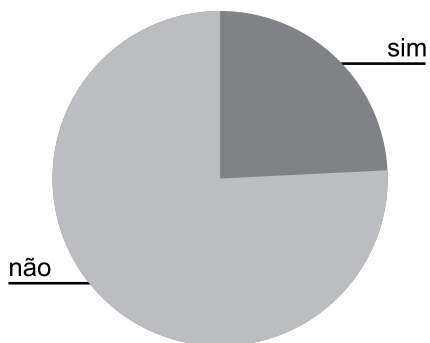
TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO



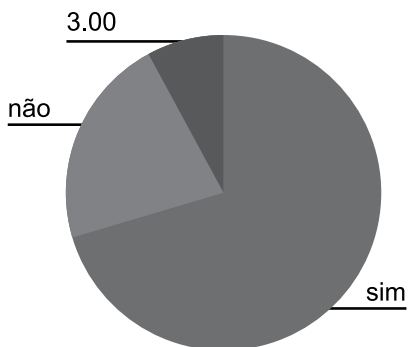
SITUAÇÃO FUNCIONAL



TREINAMENTO INICIAL



INCENTIVO



O longo tempo de permanência na área e na instituição recomenda ainda mais a atualização constante, reforçada pela não indicação de cursos/treinamento de ingresso. Esse fato é amenizado pelo alto grau de formação dos profissionais e pela alta indicação de oferecimento de incentivos à complementação da formação e atualização por parte da instituição, ainda que não especificada.

De acordo com esses profissionais o planejamento das atividades no seu setor é feito basicamente pelos professores:

Como é feito o planejamento	Frequência
Reuniões com professores	6
Cada professor faz o seu	4
Diretoria, coordenadores e chefes de setor	4
Reuniões do Departamento de Esportes	3
Pela chefia e comunidade	1
Já vem pronto	1
Não indicou	1

A grande maioria dos profissionais (16) respondeu que participa do planejamento. Desses, também a maioria não indicou como participa, e dos que o fizeram, a reunião aparece como o principal instrumento:

Como participa do planejamento	Frequência
Indicando atividades	1
Sugerindo temas, conteúdos, estratégias	1
Fazendo o meu próprio	1
Participando das reuniões	4
Com projetos	1
Na sua aplicação	1
Discutindo sobre modalidades	1
Não indicou	6

Não foi possível perceber, pela não indicação ou ênfase, no item, qualquer referência a processos de planejamento participativo (apenas uma indicação Chefia e comunidade), ou de matriz teórica de orientação, o que

dá a impressão de que o planejamento não se caracteriza como processo, mas como somatória de planejamento de aulas e eventos.

Quanto à percepção de algum tipo de demanda pela população atendida, por outras atividades, além das oferecidas, a maioria respondeu afirmativamente (15), indicando atividades físico-esportivas (dança, saltos acrobáticos, tênis de mesa, natação, hidroginástica, vôlei, futebol, ginástica aeróbica), mas também passeios turísticos municipais e fora do município, e demandas para grupos específicos: crianças menores de 7 anos, grupos de idosos, portadores de deficiência e escolinhas fora do horário de aula.

Quando a pergunta sobre a percepção de demanda pela população atendida referiu-se a outros espaços e equipamentos de lazer, além dos oferecidos, a frequência de indicações afirmativas sobe mais um pouco, comparativamente à questão anterior (16), indicando equipamentos e materiais ligados aos conteúdos físico-esportivos .

Quando perguntados sobre a percepção sobre algum tipo de influência, direta ou indireta, exercida pela população atendida, nas suas atividades profissionais, a frequência de maior destaque foi a negativa (8). Entre os que responderam afirmativamente e especificaram a forma de influência, encontramos: buscando apoio e material de recreação; influenciando na mudança de propostas de atividades; solicitando atividades; pedidos constantes de aquecimento da piscina.

Percebe-se uma boa percepção com relação aos frequentadores, mas novamente isso nos faz crer no planejamento não participativo, pois as indicações não apontam para essa perspectiva.

Percepção da influência da população nas atividades profissionais	Frequência
Não percebem	8
Sim diretamente, especificando	4
Sim diretamente, não especificando	5
Sim indiretamente, não especificando	1
Não responderam	2

Apenas seis profissionais destacaram outros pontos não constantes do formulário sobre a sua atuação profissional na instituição. Foram eles: ausência de hora extra (2), permanência de tempo maior com o público

do local para criação de vínculo, pois a cada ano há trocas (1), ausência de cursos na modalidade em que atuo (1), além da procura de atividades pela população existe a atuação e parceria com as lideranças dos bairros (1).

Os pontos destacados são importantes: o primeiro deles, se não pode ser resolvido por pagamento de horas extras, deveria sê-lo pela montagem de uma escala eficaz, que não prejudicasse o atendimento dos horários da população; o segundo é importante para criar laços, mas também não pode contribuir para o comodismo das ações; o terceiro é fundamental, e na observação participante é uma queixa muito evidente em todo o corpo profissional (ausência de cursos específicos); e o quarto é importante ser destacado porque revela uma ação fundamental da ação desenvolvida.

Foi constatada a não participação de voluntários na grande maioria dos projetos em que os profissionais que responderam o formulário atuam. O motivo apresentado é a não permissão/apoio da Prefeitura para esse tipo de ação, e a falta de Conselhos constituídos. Os que responderam afirmativamente indicaram profissionais que atuam esporadicamente, ou estagiários.

Participação de voluntários nos projetos	Frequência
Não, sem indicação do motivo	9
Não, com indicação do motivo	3
Sim, com indicação de motivo	3
Sim, sem indicação de motivo	1
Não responderam	4

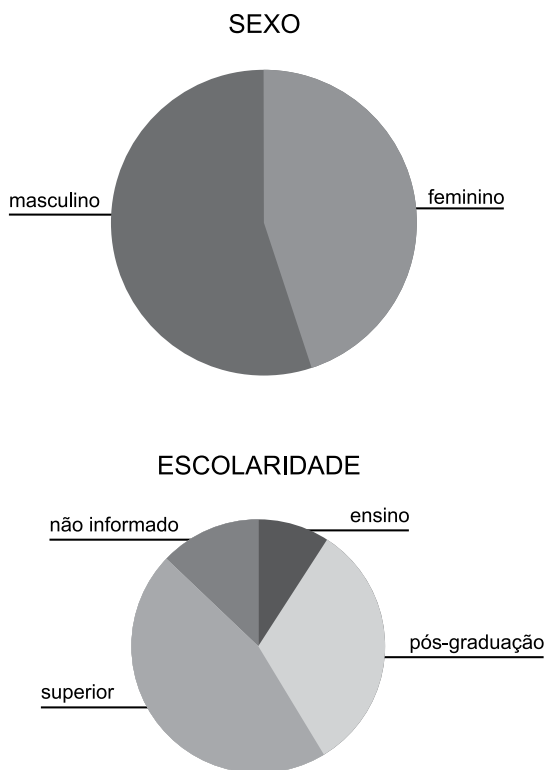
Entretanto a maioria dos participantes da pesquisa tem uma opinião positiva sobre o trabalho voluntário, justificando-a pela democratização das atividades que propicia na difusão e no planejamento, e também funcionando como auxiliares. Os que responderam negativamente argumentaram que a participação voluntária contribui para a descaracterização da profissão (2), e que os voluntários são animados no começo, mas depois tratam a população com descaso (1).

Opinião sobre o trabalho voluntário nos projetos	Frequência
Positiva	13
Negativa	3
Não responderam	4

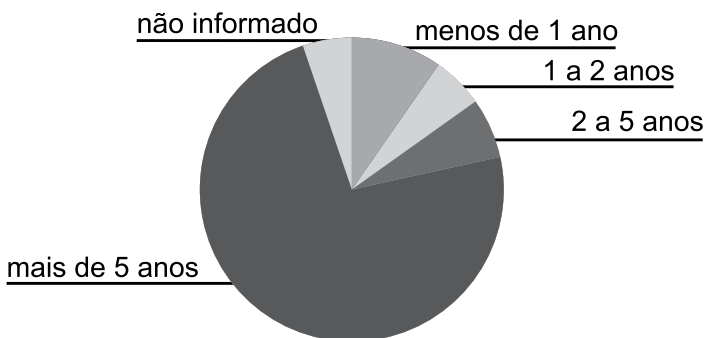
É estranha a não participação de voluntários nas programações, ainda mais com a justificativa apresentada, mas há que se destacar a alta frequência de opiniões positivas sobre o seu trabalho.

3.1.1.1.2. Piracicaba

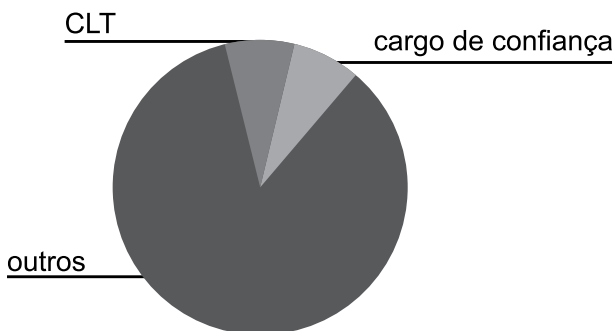
Foram aplicados dezoito formulários, a funcionários de atendimento direto (animadores socioculturais), divididos em 10 do sexo masculino e 8 do feminino, e com escolaridade assim dividida: 8 com pós-graduação, 7 com ensino superior, 1 com ensino médio e 2 não informaram. A grande maioria está envolvida profissionalmente com a área (15 deles) e com a Prefeitura (13 deles) há mais de cinco anos. Observa-se uma situação funcional quase que na totalidade em outros: concursados e estatutários (16). Podemos verificar ainda que apenas uma minoria (1) afirmou ter recebido curso ou treinamento de ingresso quando entrou na instituição. É alta a frequência daqueles que indicaram que a Prefeitura não incentiva suas participações em cursos e congressos, para complementação e/ou atualização nas suas áreas de atuação (16).



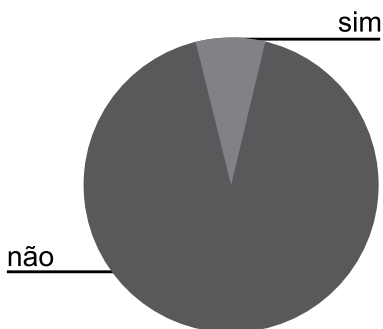
TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO



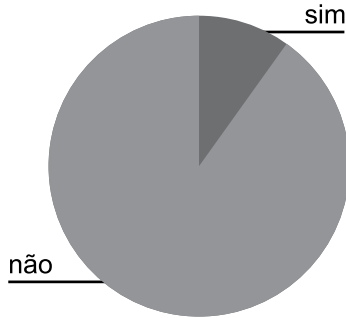
SITUAÇÃO FUNCIONAL



TREINAMENTO INICIAL



INCENTIVO



O longo tempo de permanência na área e na instituição recomenda ainda mais a atualização constante, reforçada pela não indicação de cursos/treinamento de ingresso. Esse fato é amenizado pelo alto grau de formação dos profissionais, mas é agravado pela não indicação de oferecimento de incentivos à complementação da formação e atualização por parte da instituição.

De acordo com esses profissionais, o planejamento das atividades no seu setor é feito basicamente pelos professores, a maioria indicando o planejamento anual, com ajustes mensais, ou o planejamento mensal. Um dos profissionais destacou que anteriormente eram realizadas reuniões pedagógicas semanais, mas que há seis meses esses encontros foram extintos.

Como é feito o planejamento	Frequência
Reuniões com professores	4
Cada professor faz o seu	3
Diretoria, coordenadores e chefes de setor	3
Reuniões com Chefia e Coordenador de área	2
Pela chefia e comunidade	1
Já existe um planejamento permanente	1
Não indicou	4

A totalidade dos profissionais (18) respondeu que participa do planejamento. Desses, também a maioria indicou como participa, sendo que a reunião aparece como o principal instrumento:

Como participa do planejamento	Frequência
Indicando atividades	1
Sugerindo temas, conteúdos, estratégias	1
Dando suporte- transporte/espço físico	2
Participando das reuniões	6
Com projetos	2
Não indicou	6

Apesar da totalidade dos profissionais indicar que participa do planejamento, não foi possível perceber, pela não indicação ou ênfase, no item, qualquer indicação a processos de planejamento participativo (apenas uma indicação Chefia e comunidade), ou de matriz teórica de orientação, o que dá a impressão que o planejamento não se caracteriza como processo, mas como somatória de planejamentos de aulas e eventos.

Quanto à percepção de algum tipo de demanda pela população atendida, por outras atividades, além das oferecidas, a maioria respondeu afirmativamente (13), indicando atividades físico-esportivas que normalmente não são oferecidas (skate, kung-fu, ginástica localizada, tai chi chuan, ioga, dança de salão, etc.), mas também atividades de lazer, e demandas para grupos específicos: maiores de 17 anos.

Quanto à pergunta sobre a percepção de demanda pela população atendida referiu-se a outros espaços e equipamentos de lazer, além dos oferecidos, a frequência de indicações afirmativas permanece a mesma, comparativamente à questão anterior (13), indicando melhoria de equipamentos já existentes, áreas verdes, equipamentos em bairros e materiais ligados aos conteúdos físico-esportivos .

Quando perguntados sobre a percepção sobre algum tipo de influência, direta ou indireta, exercida pela população atendida, nas suas atividades profissionais, houve um equilíbrio entre aqueles que a percebem e os que a não percebem de modo direto (8 indicações cada). Entre os que responderam afirmativamente e especificaram a forma de influência, encontramos: índice de satisfação, reclamações, pedidos, solicitações de modalidades, colaborando no desenvolvimento de atividades e adquirindo materiais, participando da divulgação, participando de projetos, ligando para o 156.

Percepção da influência da população nas atividades profissionais	Frequência
Não percebem	8
Sim diretamente, especificando	8
Não responderam	2

Nota-se uma boa percepção com relação aos freqüentadores, mas novamente isso nos faz crer no planejamento não participativo, pois as indicações não apontam para essa perspectiva.

Apenas sete profissionais destacaram outros pontos não constantes do formulário sobre a sua atuação profissional na instituição. Foram eles: maior apoio e valorização do profissional, com um pouco mais de autonomia, e estímulo a atividades que, segundo a chefia “fogem” da área (5), ingerência e questões políticas a que são obrigados a atender e atrapalham o desenvolvimento dos projetos(2), estar sozinho na sua modalidade (1).

Foi constatada a indicação da participação de voluntários na maioria dos projetos em que os profissionais que responderam o formulário atuam (9). A não participação foi justificada pela pouca divulgação ou pouco interesse na modalidade trabalhada pelo profissional. Os que responderam afirmativamente indicaram estagiários do curso de Educação Física, lideranças comunitárias, monitores e os jogos comunitários.

Participação de voluntários nos projetos	Frequência
Não, sem indicação do motivo	6
Não, com indicação do motivo	2
Sim, com indicação de motivo	8
Sim, sem indicação de motivo	1
Não responderam	1

A maioria dos participantes da pesquisa tem uma opinião positiva do trabalho voluntário, justificando-a pela democratização das atividades que propicia na difusão e no planejamento, e também funcionando como auxiliares, mas destaca a necessidade de formação/capacitação adequadas. Os que responderam negativamente argumentaram que a participação voluntária contribui para a descaracterização da profissão (3).

Opinião sobre o trabalho voluntário nos projetos	Frequência
Positiva	14
Negativa	3
Não responderam	1

3.2.profissionais dirigentes

Os formulários foram aplicados aos profissionais dirigentes, em seus locais de trabalho, com agendamento de horário. Apresentaremos os dados, separadamente, por cidade.

3.2.1. Campinas

Foram aplicados formulários a dois profissionais dirigentes, ambos do sexo masculino, com formação superior, estatutários, com mais de cinco anos na profissão e na instituição, que não receberam qualquer curso ou treinamento inicial, mas afirmaram que a Prefeitura incentiva a participação em cursos e eventos visando ao desenvolvimento de pessoal, através de liberação de bolsas de estudos e de permissão para troca de hora/trabalho por hora/estudo para a pós-graduação.

Segundo esses dirigentes, o planejamento no seu setor é feito anualmente, pelos coordenadores e chefes de setor, reuniões mensais de coordenadores e reuniões bimestrais com os professores. Eles participam desse planejamento na coordenação por que são responsáveis, e na confecção do calendário anual e na grade horária dos professores.

Eles percebem demanda de outras atividades físicas, esportivas e de lazer, pela população, além das oferecidas, destacando modalidades esportivas, hidroginástica e dança, e também demanda por outros espaços, como ginásios poliesportivos e quadras cobertas e iluminadas, para uso no período noturno. Percebem, ainda influência direta da população nas atividades desenvolvidas pelos profissionais, nas equipes orientadas por pessoas da comunidade e pelas conferências de esporte, saúde, idoso e também por meio de contato direto com a coordenação.

Perguntados sobre a existência ou não da participação de voluntários nos projetos que coordenam, um deles respondeu afirmativamente, indicando líderes comunitários, trabalhando com a demanda da população e organização de eventos. O outro respondeu negativamente, dizendo

que a Prefeitura não apóia o trabalho voluntário em suas atividades, provavelmente por problemas trabalhistas.

Não se percebem divergências significativas entre as respostas dos profissionais que atuam diretamente junto à população e dos dirigentes.

3.2.2. Piracicaba

Foram aplicados formulários a três profissionais dirigentes, dois do sexo feminino e um do masculino, com formação no nível de pós-graduação, estatutários, com mais de cinco anos na profissão e na instituição, sendo que dois não receberam qualquer curso ou treinamento inicial (1 indicou cursos na área do funcionalismo público e administração pública, mas destacou a carência para cursos na área específica), e afirmaram que a Prefeitura não incentiva a participação em cursos e eventos visando o desenvolvimento de pessoal.

Segundo esses dirigentes, o planejamento no seu setor é feito em conversações com o titular da pasta, com as chefias e com a comunidade, através dos mecanismos existentes: CONSELAM, Piracicaba 2010, e demais conselhos da cidade; ocorrem reuniões setoriais, em que, para cada área de atuação, existe um profissional coordenador, que junto com sua equipe, planeja, executa, acompanha e avalia; e conjuntamente pela coordenação, estagiários e professores. Os dirigentes participam diretamente na elaboração dos planejamentos.

Percebe-se aqui uma diferença de enfoque entre os dirigentes e os profissionais de atendimento direto, aqui sendo destacado o planejamento participativo, como processo.

Eles percebem demanda de outras atividades físicas, esportivas e de lazer, pela população, além das oferecidas, destacando atividades esportivas orientadas para adultos, no período noturno, atividades esportivas e de recreação/lazer para público adulto, hidroginástica e passeios comunitários. 2 deles constata também demanda por outros espaços, sendo o mais indicado a piscina (aquecida e coberta para PCD'S, piscina para biribol, piscinas em geral - atualmente as duas existentes são localizadas em área central e mantêm lista de espera), quadras de tênis, quadras cobertas, equipamentos em bairros de zona rural e animação nos inúmeros equipamentos construídos recentemente. Um deles não percebe a demanda, mas constata que os equipamentos da rede municipal ainda deixam a desejar quanto à qualidade. Quanto à influência exercida

pela população nas atividades desenvolvidas pelos profissionais os três responderam que ela o faz de forma direta, seja pelo comparecimento e cobrança in loco, seja pelo 156, exigindo realização e implantação de atividades, acompanhamento, qualidade e ampliação do atendimento.

Os profissionais destacaram ainda outros itens como:

1. a necessidade de um plano de cargos e carreiras para os servidores, em especial para a área de Educação Física, e a contratação de pessoal para a área;
2. motivação apenas não basta: é preciso que o profissional receba condições de trabalho, qualificação e boa remuneração;
3. falta de incentivo da instituição gera desinteresse do profissional em se atualizar.

Perguntados sobre a existência ou não da participação de voluntários nos projetos que coordenam, dois deles responderam afirmativamente, indicando participação direta e indireta. O outro respondeu negativamente, dizendo que o trabalho é muito específico. Os dois primeiros apóiam o trabalho de voluntários, pois estabelecem o relacionamento com a comunidade e a Secretaria, participando e colaborando com as atividades, articulando as solicitações de eventos, equipamentos, etc. Quem respondeu negativamente, se diz preocupado “com a banalização desses voluntários, pois muitos alegam estar aptos a exercer funções de professor em esporte ou outras atividades para as quais demoramos tanto tempo para nos capacitar”.

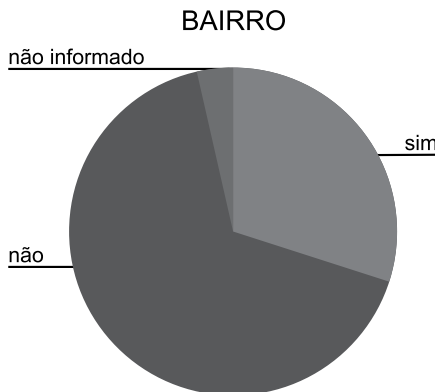
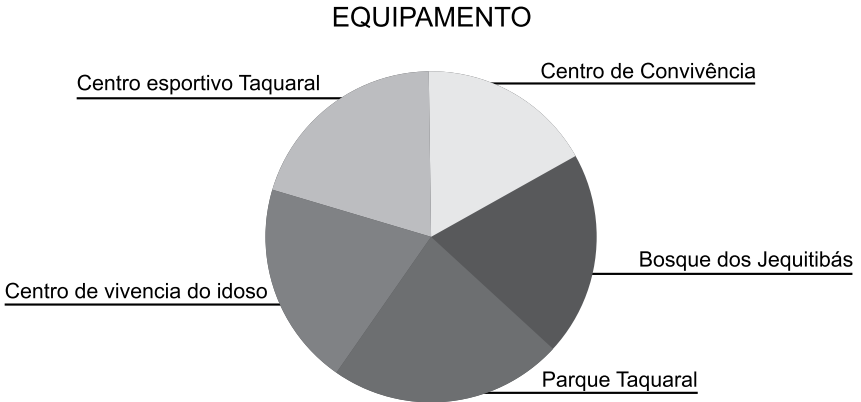
A não ser no item destacado anteriormente, não se percebem divergências significativas entre as respostas dos profissionais que atuam diretamente junto à população e as dos dirigentes.

3.3. Questionários: a visão dos freqüentadores dos espaços e equipamentos de esporte e lazer

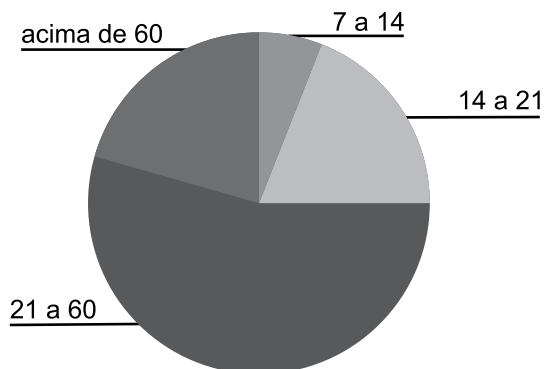
Originalmente o instrumento questionário previa a entrega aos freqüentadores dos espaços/equipamentos selecionados, e nele próprio constava o pedido de preenchimento e devolução na portaria do equipamento. Posteriormente, para facilitar a aplicação, garantindo a devolução, optou-se pela entrega e preenchimento no local, com a devolução em seqüência. As crianças contaram com a ajuda de seus pais. Apresentaremos os dados, separadamente, por cidade.

3.3.1. Campinas

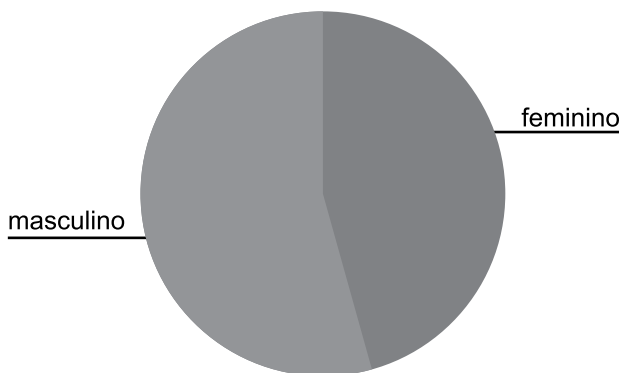
Foram aplicados 71 questionários a usuários de cinco equipamentos (vide anexo 1), de modo eqüitativo, localizados no centro e na zona leste da cidade. Isso pode explicar porque a mais alta freqüência (48) está entre aqueles que não moram no bairro de localização do equipamento. A faixa etária predominante é a adulta(39), sendo significativa a freqüência para a terceira idade(14) (um dos equipamentos atende especificamente essa faixa etária). Há um equilíbrio entre os sexos dos informantes. A maioria deles faz uso dos equipamentos há mais de cinco anos, e também a maioria indicou que o faz diariamente. Percebe-se um grau de escolaridade bem acima da média da população brasileira: 31 com ensino médio (completo ou incompleto) e 22 com ensino superior (completo ou incompleto).



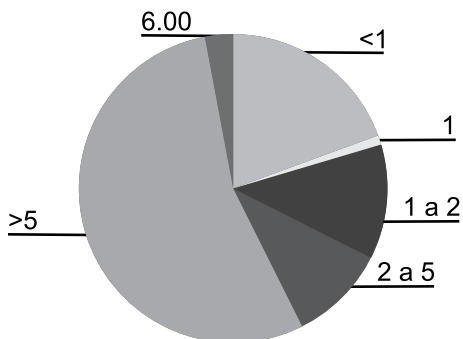
FAIXA ETÁRIA



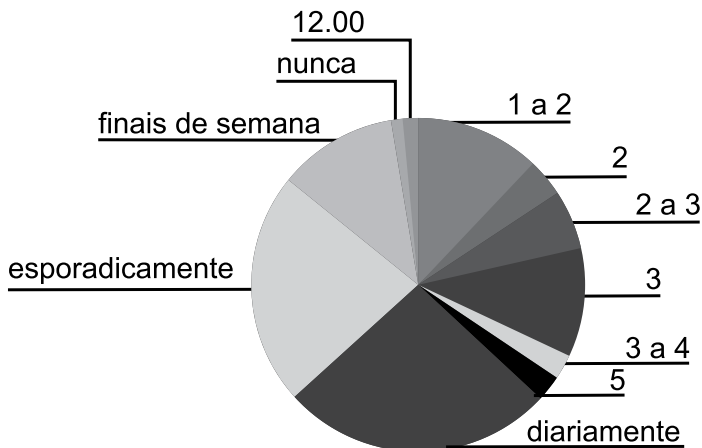
SEXO



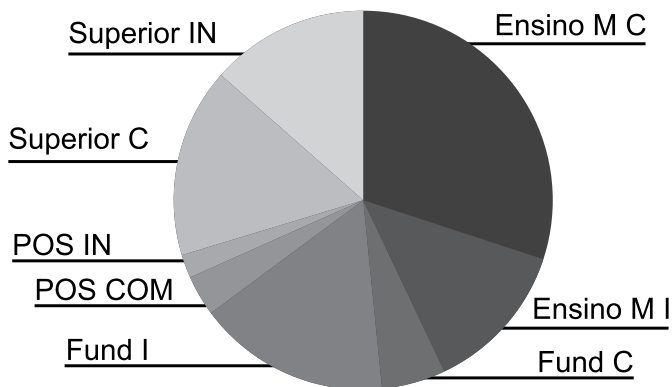
FREQÜÊNCIA ANOS



FREQÜÊNCIA SEMANA



ESCOLARIDADE



Com relação às atividades praticadas no equipamento, as mais indicadas foram as físico-esportivas(49), seguidas das sociais (14) e das artísticas (12). Um número significativo (14) indicou que gostaria de uma infra-estrutura melhor no espaço-equipamento. Quando o foco da pergunta se deslocou para as atividades que gostaria de encontrar no equipamento, as sociais foram as mais indicadas (26), seguidas das artísticas (9) e só depois das físico-esportivas (5). Também aqui a infra-estrutura aparece(3).

Indicando os equipamentos/espços que freqüentam além desses, a maior freqüência obtida entre os usuários foi a referente aos conteúdos artísticos (24), depois aos turísticos (7) e só depois aos físico-esportivos (4). A quase totalidade (68) não indicou outros equipamentos que gostaria de freqüentar, além dos já existentes.

Classificação: conteúdos culturais no lazer por atividades e espaços/equipamentos

Questões	Atividade praticada	Atividade que gostaria de encontrar	Espaço/equipamento que freqüenta	Espaço/equipamento que gostaria de freqüentar
Artísticos	12	8	24	0
Intelectuais	7	2	0	0
Físico-Esportivos	49	5	4	2
Manuais	0	0	0	0
Sociais	14	26	14	1
Turísticos	0	3	7	0
Infra-Estrutura	14	3	0	0
Sem sugestões	7	24	22	68
Outros	0	0	0	0

(as perguntas permitiam mais de uma resposta)

Perguntados sobre o número de profissionais que atua no espaço/equipamento, a grande maioria dos usuários (49) respondeu que não é suficiente para o atendimento à população, destacando ausência total de profissionais em alguns equipamentos e enfatizando a sua necessidade. Enfatizaram também a ausência de seguranças e salva-vidas. Quanto à qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais, a maioria (35) preferiu não opinar, destacando que não vê esses profissionais nos equipamentos. Dos que manifestaram sua opinião, 6 consideram o serviço profissional “regular”, 17 “bom” e 13 “ótimo”.

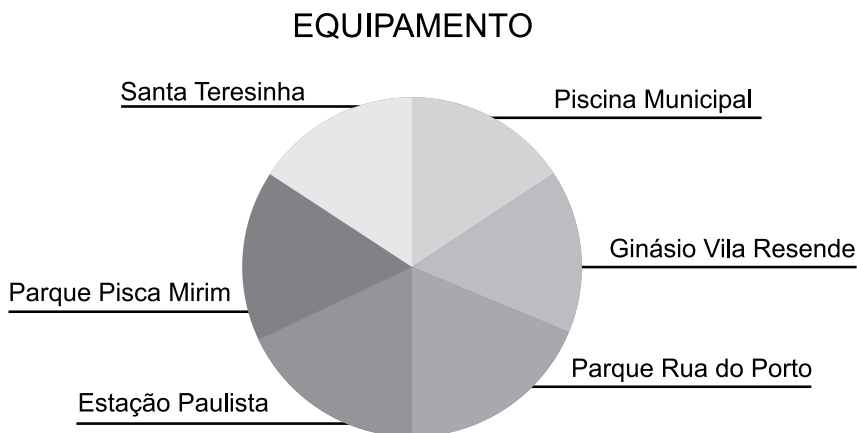
Também a grande maioria (53) respondeu que não freqüenta outros espaços e equipamentos de lazer na cidade. Quem respondeu afirmativamente indicou, por ordem: Taquaral, Bosque dos Jequitibás e Museus. Nos outros espaços freqüentados, a opinião dos que se manifestaram sobre a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais (10 não se manifestaram porque não vêem os profissionais nos equipamentos) 3 consideram “regular”, 2 “bom” e 3 “ótimo”.

Questões	sim	não
Suficiência dos profissionais que atuam no espaço/ equipamento	22	49
Frequência a outros espaços e equipamentos	18	53

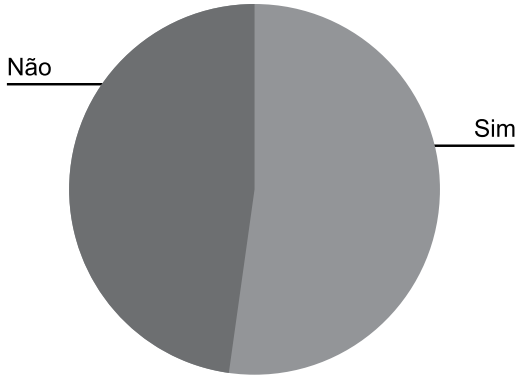
Com relação ao trabalho de voluntários, das pessoas que se manifestaram apenas 5 responderam que não é necessário, 2 delas emitindo juízo de valor negativo, 3 responderam que não os vêem nos locais, e as demais (63) gostariam de ter voluntários nos equipamentos atendendo à população, pelas possibilidades de oferecimento de maior variedade de atividades, informações, desde que devidamente capacitados.

3.3.2. Piracicaba

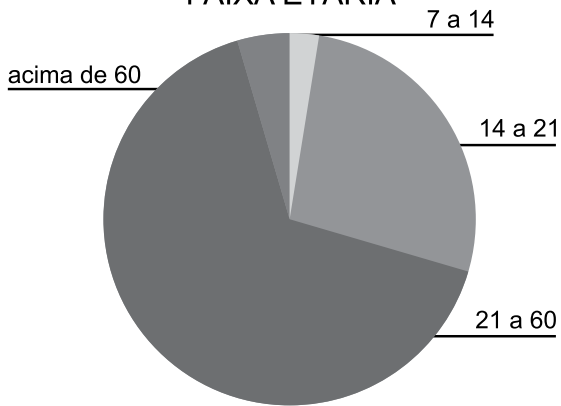
Foram aplicados 90 questionários a usuários de cinco equipamentos (vide anexo 1), de modo eqüitativo. A faixa etária predominante é a adulta (59), sendo significativa a frequência de jovens (24). Há um equilíbrio relativo entre os sexos dos informantes, com pequena vantagem para o masculino. A maioria deles faz uso dos equipamentos há menos de um ano, mas também é alta a frequência dos que o fazem há mais de cinco anos. A frequência mais alta está entre os que indicaram que frequentam o equipamento de 1 a 2 vezes por semana, mas também é alta, entre os que frequentam diariamente. Percebe-se um grau de escolaridade acima da média da população brasileira: 52 com ensino médio (completo ou incompleto) e 12 com ensino superior (completo ou incompleto).



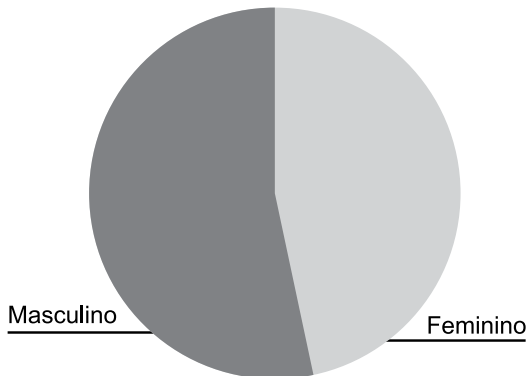
BAIRRO



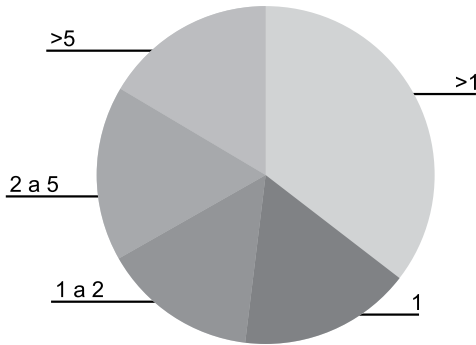
FAIXA ETÁRIA



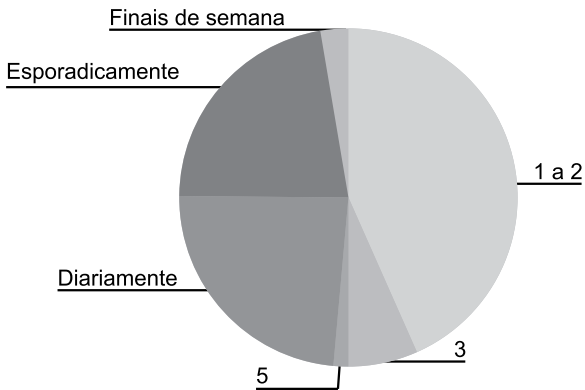
SEXO



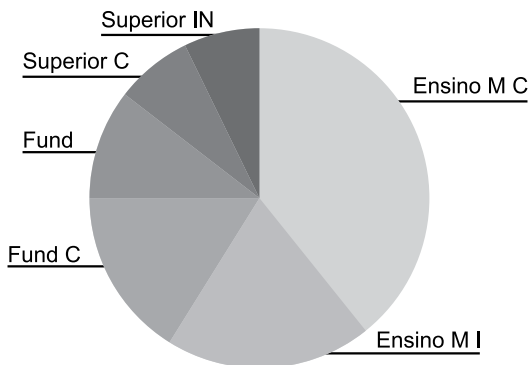
FREQÜÊNCIA ANOS



FREQÜÊNCIA SEMANA



ESCOLARIDADE



Com relação às atividades praticadas no equipamento, as mais indicadas foram as físico-esportivas(79), seguidas das sociais (8), das turísticas (5) e das artísticas (2). Quando o foco da pergunta se deslocou para as atividades que gostaria de encontrar no equipamento, as sociais foram as mais indicadas (40), seguidas das turísticas (7), das intelectuais (6), das artísticas (5), e só depois das físico-esportivas (3).

Indicando os equipamentos/espços que freqüentam além desses, a maior freqüência obtida entre os usuários foi a referente aos conteúdos sociais (53), e depois aos artísticos (48).

A grande maioria (70) não indicou outros equipamentos que gostaria de freqüentar, além dos já existentes, e quem o fez preferiu os artísticos (14), os sociais (2), e infra-estrutura nos já existentes (4).

Classificação: conteúdos culturais no lazer por atividades e espaços/equipamentos

Questões	Atividade praticada	Atividade que gostaria de encontrar	Espaço/equipamento que freqüenta	Espaço/equipamento que gostaria de freqüentar
Artísticos	2	5	48	4
Intelectuais	0	6	0	0
Físico-Esportivos	76	3	0	0
Manuais	1	0	0	0
Sociais	8	40	53	2
Turísticos	5	7	0	0
Infra-Estrutura	0	0	0	4
Sem sugestões	0	29	22	70
Outros	0	0	0	0

(as perguntas permitiam mais de uma resposta)

Perguntados sobre o número de profissionais que atua no espaço/equipamento, a grande maioria dos usuários (51) respondeu que não é suficiente para o atendimento à população, apontando faixas etárias não atendidas, períodos do dia, períodos da semana, falta de professores. Quanto à qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais 15 freqüentadores preferiram não opinar, dizendo que não vêem esses profissionais nos equipamentos. Dos que manifestaram sua opinião, 9

consideram o serviço profissional “péssimo”, 18 “regular”, 37 “bom” e 11 “ótimo”.

Também a grande maioria (53) respondeu que frequenta outros espaços e equipamentos de lazer, na cidade, indicando com maior frequência a Rua do Porto. Nos outros espaços frequentados, poucos se manifestaram sobre a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais - 36. Aqui a maioria apontou que não se manifestava em virtude de não ver os profissionais nos equipamentos. Dos que se manifestaram 8 consideram “péssimo”, 2 “mau”, 9 “regular”, 14 “bom” e 3 “ótimo”.

Questões	sim	não
Suficiência dos profissionais que atuam no espaço/ equipamento	39	51
Frequência a outros espaços e equipamentos	53	37

Os usuários vêem bastante positivamente a atuação de voluntários em projetos (75 indicações), desde que capacitados, representando possibilidade de maior variedade de atividades e de horários de atendimento. Uma minoria vê negativamente (5), alegando a falta de profissionalismo, e em algumas respostas (10 – “não tenho visto”, “não observei”, etc.), não foi possível observar juízo de valor.

Considerações finais:

Nem todas as ações setoriais da área de cultura e lazer, dos órgãos governamentais brasileiros são orientadas por políticas públicas elaboradas e explicitadas. Apesar de na Constituição de 1988, o lazer constar do Título II, Capítulo II, Artigo 6º., como um dos direitos sociais (BRASIL, 1988), somente no atual governo, em seus dois mandatos, com a criação dos Ministérios do Esporte e da Cultura desvinculados, é que foram iniciados processos de discussão mais sistemáticos e abrangentes das políticas públicas nos dois setores, diretamente ligados aos órgãos governamentais federais, do plano cultural, mais afetos ao lazer.

Como parte desse processo, já foram realizadas a I Conferência Nacional da Cultura⁹, e a I e II Conferências Nacionais do Esporte¹⁰, instrumentos que reuniram governo e sociedade civil, em busca de subsídios para elaboração de políticas públicas setoriais e que deram início à implantação do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Portanto, são ainda incipientes as discussões no âmbito federal, e é necessário tempo de maturação para que os Sistemas passem a ter consistência e se configurem como tal em Estados e Municípios.

Em todos esses documentos a figura que dá vida às políticas é chamada de “agente”, mesmo que a animação¹¹ apareça como uma das suas atribuições, em algumas ocasiões.

A análise do principal programa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, do Ministério do Esporte, por exemplo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade-PELC, nos mostra que a ação desenvolvida pelos agentes comunitários de esporte e lazer é a da animação sociocultural (FERREIRA e MARCELLINO, 2007).

Ao discutir o perfil e a formação desses agentes comunitários e a organização do trabalho pedagógico do Projeto Social¹² do PELC, Ewerton e Ferreira (2007), destacam a base freireana (do educador Paulo Freire) da proposta, seus princípios (trato intergerencial, trabalho coletivo e planejamento participativo, resgate e fortalecimento da cultura

9. http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/conferencia_nacional_de_cultura/index.php?p=12913&more=1&c=1&pb=1 - acesso 10.06.2007

10. <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp> - acesso 10.06.2007

11. http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp - acesso 10.06.2007

12. O projeto social é constituído pelo funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, em convênios firmados pelo Ministério com Prefeituras e ONGs.

Existe também um Projeto Científico, que se expressa na Rede Cedes- Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, desenvolvido e organizado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer- Ministério do Esporte.

popular nacional e gestão participativa) e a importância da atuação multiprofissional. Quando relacionam as possibilidades na questão da Educação Popular, no diálogo entre o perfil dos agentes e a organização do perfil pedagógico (Idem, pp.227-228) deixam claro que a proposta é da animação sociocultural, embora sem nomeá-la.

Entretanto, o PELC tem alcance limitado, em se considerando as dimensões do país e as estratégias de aplicação das políticas públicas, no âmbito federal; no setor¹³, variam da ação – difusão cultural (mais comum) até a animação cultural (muito mais rara).

Não há clareza, ainda, de qual deve ser o papel de cada um dos âmbitos governamentais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas, exatamente pela não solidificação dos Sistemas Nacionais de Cultura e de Esporte e Lazer. Em alguns casos a animação sociocultural é colocada em prática nos três âmbitos, no atendimento direto à população. Algumas poucas propostas de Estados, no entanto, se diferenciam das dos municípios, pela criação de instrumentos que enfatizam exatamente a relação estado-municípios, muito mais do que o atendimento direto à população(TERRA, 2001).

É nos municípios, através da ação das Prefeituras, que a ação governamental se faz sentir, mais de perto, com relação à animação sociocultural, ainda que não necessariamente com essa nomenclatura.

As políticas dos órgãos governamentais têm demonstrado a viabilidade e a fecundidade da animação sociocultural como estratégia de atuação, no âmbito da esfera municipal, em muitas localidades do país. No entanto, o grande problema que se coloca é a falta de continuidade das ações com a mudança das Administrações, uma vez que as políticas são de governo e não de Estado.

Além de dar vida aos programas e projetos, o pessoal que compõe os quadros que desenvolvem a animação sociocultural¹⁴ representou também, em alguns municípios, a possibilidade de garantia de continuidade das políticas, para além dos mandatos dos governos.

Nesses casos, não se isolou o profissional mais ligado ao atendimento direto à população, do que, como já foi explicado no primeiro capítulo deste trabalho, pode ser chamado de estrutura de animação (MARCELLINO, 1996, 2001).

13. Ministérios do Esporte e da Cultura

14. Alguns exemplos podem ser citados, como as Administrações populares e democráticas de São José dos Campos-SP, Diadema-SP, Santo André-SP, Porto Alegre-RS, Caxias do Sul-RS, Belém-PA, e atualmente Recife-PE

Fica evidente na pesquisa bibliográfica que realizamos, a importância da preocupação com a formação e desenvolvimento de pessoal, dentro de uma política de esporte e lazer, e ainda que não com essa denominação, que ela seja desenvolvida da perspectiva da animação sociocultural. Essa importância deriva de uma falta de conhecimento específico na formação, reversão de expectativas no quadro de situação, e da necessidade constante de atualização.

A pesquisa bibliográfica mostra ainda a importância de se trabalhar o lazer como tema transversal e de uma perspectiva multiprofissional, em busca da interdisciplinaridade. Sendo assim, a formação e desenvolvimento de quadros também deve estar pautada por esses pontos.

Ao verificarmos qual a importância que a política de formação e desenvolvimento de quadros tem, como eixo da Política de esporte e lazer nos dois municípios analisados, e quais são seus componentes, constatamos, na pesquisa documental, que uma proposta nesse sentido não está explícita, apesar de encontrarmos elementos nas leis que regulamentam os Conselhos Municipais as quais apontam para a formação e capacitação multidisciplinar continuada.

Ao fazermos a verificação desses mesmos itens, na pesquisa de campo, não foi constatada uma preocupação específica com esse eixo, mas percebe-se que o profissional da área atua muito mais da perspectiva da promoção de ações de difusão cultural, e não também de participação e criação culturais. As atividades cotidianas constituem-se de atividades/aula, na sua grande maioria, e a ação em eventos de certa forma não propicia a vivência de processo.

Outros itens da pesquisa de campo merecem destaque:

1. o alto índice de ausência de cursos/treinamentos iniciais;
2. o elevado número de anos de experiência na área e na instituição;
3. o elevado número de vínculos institucionais sólidos;
4. a disparidade de incentivo para continuidade de formação em Campinas e Piracicaba;
5. o alto grau de escolaridade dos profissionais.

O item 1 pode ser considerado muito negativo, uma vez que se pode depreender que não foi feita institucionalmente a sensibilização para o significado do trabalho de políticas públicas na área, e quais as políticas específicas orientadoras do trabalho. Já o item 2 demanda necessidade de

uma política de desenvolvimento de pessoal, corroborado pelo item três, que demonstra a viabilidade de investimento, uma vez que trata-se de “pessoal de carreira”. O item 4 destaca-se como um tema a ser repensado pelas Prefeituras. Já o item 5 demonstra o alto nível de escolaridade dos profissionais, embora quase que exclusivo do campo da educação física, não havendo troca de teorias e técnicas.

Deve-se destacar também a não (Campinas) e a significativa (Piracicaba) participação de voluntários, embora a consideração positiva desse trabalho, com a devida capacitação, tenha sido apontada em ambas as cidades, entre os profissionais, em alta frequência.

Chama atenção, ainda, na pesquisa de campo, a forma tradicional de planejamento desenvolvida nas duas cidades, (apesar de dois dirigentes terem destacado a possibilidade de participação mais ampla, com os Conselhos, Conferências, Lei do Orçamento participativo e o Piracicaba 2010, em Piracicaba). Percebeu-se ainda a ausência de um projeto pedagógico de formação continuada, incluindo a desenvolvida em serviço.

A maioria dos usuários das duas cidades considera insuficiente o número de profissionais disponíveis para atuação no equipamento que frequenta e um número significativo de usuários nem os vê. A mesma resposta vale para os que declararam que frequentam outros espaços e equipamentos na cidade. Isso corrobora os dados de nossos diários de campo, já colocados anteriormente: que não pode ser constatada, nas duas cidades investigadas, uma política de animação em rede, ou uma estrutura de animação; que a maioria dos equipamentos visitados não conta com profissionais da área atuando regularmente, em atividades abertas à população¹⁵; que alguns dos equipamentos só contam com profissionais na realização de eventos; que, quando os profissionais existem, não se constata a formação de equipes multidisciplinares, mas sim a atuação preponderante, quase que exclusiva, do professor de educação física; que as atividades que se destacam são as “escolinhas” ou atividades/aula.

A atuação de voluntários em espaços e equipamentos de esporte e lazer da cidade é vista de forma positiva, pelos usuários das duas cidades, desde que devidamente capacitados.

A preocupação com a formação e desenvolvimento de pessoal (profissionais e voluntários), para a atuação na área, é um anseio também

15. Atividades de livre adesão, pelo frequentador, no momento do uso do equipamento, independente de horários pré-estabelecidos ou turmas, o que “quebra” o conceito de “escolinha” ou de atividades-aulas.

da sociedade civil organizada, em Piracicaba, através do projeto Piracicaba 2010¹⁶. Como parte de um planejamento estratégico, num primeiro momento, foram elencadas propostas para serem desenvolvidas, no prazo de 10 anos, e no item Esporte e Lazer, o Macroprojeto 2 (Desenvolver atividades esportivas e recreativas), teve como uma das suas estratégias: “formar agentes comunitários de lazer e recreação e animadores culturais” (MOURÃO, 2001, P.84). Essa estratégia foi mantida na primeira revisão do Projeto- 2006 a 2015 (SANTOS, 2007, p.208), e como objetivo para 2015, foi acrescentada como ação muito urgente a “criação de programas de formação e capacitação de agentes comunitários de lazer e recreação, e animadores socioculturais, bem como de programas de qualificação e atualização dos profissionais da área do esporte, do lazer e atividades motoras” (SANTOS, 2007, p.210). Também foi adicionada como ação muito urgente, no setor Turismo “conscientizar e capacitar profissionais que atuam direta ou indiretamente na área, para o atendimento ao turista” (Idem, p.92), e alterada, entre as ações importantes da área de Cultura “propiciar meios de treinamento e capacitação de profissionais envolvidos na produção cultural” (idem p. 192).

Ao propormos o estudo de possíveis alternativas para melhor adequar a política de formação e desenvolvimento de quadros dentro da política geral de esporte e lazer desses municípios, recomendamos um estudo, por parte dos setores competentes das Administrações envolvidas, para a análise dos seguintes pontos:

1. a atuação, ainda que não com essa denominação, a partir da perspectiva da animação sociocultural, buscando não só a difusão, mas também a participação e criação culturais, diferenciando sua estratégia, em termos de processo, da indústria cultural, ampliando conteúdos e estratégias de atuação;
2. o fortalecimento de uma estrutura de animação, tal como colocada anteriormente, incluindo a participação de voluntários;
3. a gestão participativa, em rede;
4. o trabalho multiprofissional, em busca da interdisciplinaridade;

16. O Projeto Piracicaba 2010 é responsável pela Agenda 21 local, tendo como missão “formular o desenvolvimento sustentável de Piracicaba e sua região, por meio de ação coordenada em um Plano estratégico elaborado pela comunidade (Agenda 21) para atingir uma melhor qualidade de vida para todos os munícipes desta e das futuras gerações” (SANTOS, 2007, p.11). Nascido em 1999, é organizado, desenvolvido e gerenciado pela Sociedade Civil da cidade, tendo para isso sido criada, em fevereiro de 2001, uma organização da sociedade civil de interesse público OSCIP – Piracicaba 2010.

5. os cursos/treinamentos iniciais, como forma de sensibilização e especificação, mais necessários ainda agora, a partir da institucionalização das Políticas de Esporte, no nível Federal e de Esporte e Lazer, nos níveis municipais, com a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer:
6. elaboração de projeto pedagógico de formação continuada, incluindo a desenvolvida em serviço;
7. o aperfeiçoamento, modernização e envolvimento dos profissionais nos instrumentos de planejamento;
8. cursos/treinamentos de desenvolvimento (atualização) específicos setorizados para Gestores, Planejadores - Animadores de competência geral; Animadores de competência específica - que atuam diretamente junto à população como intermediários entre ela e a cultura como patrimônio da comunidade e a produção cultural; e voluntários (se for o caso utilizar os termos da estrutura da animação referida anteriormente);
9. acesso dos profissionais à Internet, nos seus locais de serviço, com incentivo à participação em Listas de discussão, GTTs- Grupos de Trabalho Temáticos, Congressos e outros eventos significativos na área.

Referências bibliográficas:

- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*, 2a.ed., Rio, Zahar, 1976.
- BERNET, Jaume T. Concepto, discurso y universo de la animación sociocultural. In: *Animación sociocultural: teorías, programas y ámbitos*. Barcelona: Ariel, 1997. P. 13-39.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*
– Disponível em: http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm acesso em 10/06/2007
- BRUYNE, P. e outros. *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, L.O. *O que é lazer*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARVALHO, A. M. *Cultura física e desenvolvimento*. Lisboa: Compendium, 1977.
- DUMAZEDIDER, J. *Questionamento teórico do Lazer*. Porto Alegre, CELAR, s.d.
- _____. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo: Sesc, 1980.
- EWERTON, A.N., e FERREIRA, M.P.deA. Perfil e formação dos Agentes comunitários e a organização do trabalho pedagógico. In: FERREIRA, M.P.deA. e MARCELLINO, N.C. (Orgs.) *Brincar, Jogar, Viver – Programa Esporte e Lazer da Cidade*. volumes I e II. Brasília, Ministério do Esporte, 2007, pp.224-234.
- FERREIRA, M.P.deA. e MARCELLINO, N.C. (Orgs.) *Brincar, Jogar, Viver – Programa Esporte e Lazer da Cidade*. volumes I e II. Brasília, Ministério do Esporte, 2007
- FREIRE, J. B. Questões psicológicas do esporte. IN MOREIRA, W.W. e SIMÕES, R. (org.). *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2002
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1991.
- GOMES, C.L. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica 2004. (119-125)

- ISAYAMA, H.F. *Recreação e Lazer como integrantes dos currículos de graduação em Educação Física*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação Física, da Unicamp, Campinas, 2002.
- _____. O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, N.C. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas, Papirus, 2003.
- MAGNANI, J.G.C. *Festa no Pedaco*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MAIA, L. F. S. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*, 9ªed.,Campinas, Papirus, 2002a.
- _____. *Lazer & esporte: políticas públicas* (Org.), 2ª, ed.. Campinas, Autores Associados, 2001.
- _____. Eu corpo- o que gosto, o que posso, o que faço . In: MOREIRA, W.W., e SIMÕES, R. *O Esporte como fator de qualidade de Vida*. Piracicaba, Editora da Unimep, 2002b.
- _____. *Pedagogia da animação*.7ª.ed., Campinas, Papirus, 2005.
- MARCELLINO, N.C.. Lazer e qualidade de vida. IN: MOREIRA, W.W., (Org.) *Qualidade de vida: Complexidade e Educação*. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002c.
- MARCELLINO, N.C. *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das Prefeituras*. Campinas, Autores Associados, 1996.
- MELLO, Victor A. de. *A animação cultural no Brasil: um panorama*. <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes>. Acesso em: 22 out 2005.
- MILLS, C.W. *A nova classe média-white collar*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE, *Resoluções da II Conferência Nacional do Esporte*. Brasília. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/propostas_aprovadas.jsp acesso em 10.05.2007

- MORENO, T.S. *Lazer/Recreação e Formação Profissional*. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Unimep. Piracicaba, 2005.
- MOURÃO, J.O.F (Org.) *Piracicaba 2010 – realizando o futuro*. Piracicaba, Piracicaba 2010, 2001.
- PAIVA, J. L. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- PINA, L. W. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- PINTO, L.M.S. de M. O trabalho voluntário para esporte e lazer em políticas públicas: problemas e desafios enfrentados. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- RIBAS, N.R.S. Tecendo o lazer no estado de Mato Grosso do Sul: da capacitação de recursos humanos ao trabalho voluntário. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- RODRIGUES, R.P. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo, Marco Zero, 1994.
- SANTOS, J.R.dos (Org.). *Piracicaba 2010-realizando o futuro-Agenda 21 de Piracicaba*. Piracicaba, Piracicaba 2010, 2007
- STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: 'são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?'. IN: *Motrivivência*. Florianópolis, UFSC, ano X (11), p. 83–96, set. 1998.
- _____. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Papirus, 2003.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001.

STOPPA, E. A. *Acampamento de férias*. Campinas: Papirus, 1999.

TERRA, Rodrigo. Esporte e Lazer: uma experiência no Estado do Pantanal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lazer & Esporte: políticas públicas*. Campinas, Autores Associados, 2001

ZINGONI, P. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, C. L. G. ISAYAMA, H. F. (Orgs.). *Recreação, lazer e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Documentos Analisados

Lei Orgânica do Município de Campinas

<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lom.htm/>

acessado em 03/07/2007

Lei Complementar Nº 15 de 27 de dezembro de 2006. Plano Diretor de Campinas

<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl15.htm/>

acessado em 03/07/2007

Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL) de Campinas

<http://www.campinas.sp.gov.br/cultura/>

acessado em 03/07/2007.

Secretaria Municipal de Recursos Humanos – SMRH,

<http://www.campinas.sp.gov.br/rh/>

acessado em 03/07/2007

EGDS – Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor

http://www.campinas.sp.gov.br/rh/curso_egds/

acessado em 03/07/2007. Alterações

<http://www.campinas.sp.gov.br/rh/noticias/>

acessado em 03/07/2007.

Lei Complementar Nº 15 de 27 de dezembro de 2006. Da função Social da Cidade e da Propriedade

<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl15.htm/>

acessado em 03/07/2007

- Lei Complementar Nº 15 de 27 de dezembro de 2006. DA POLÍTICA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicompl15.htm/>
acessado em 03/07/2007
- Lei Nº 12.357 de 10 de setembro de 2005. Criação Conselho Municipal de Esportes e Lazer
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12357.htm/>
acessado em 03/07/2007
- Lei Nº 12.354 de 10 de setembro de 2005. Criação o Conselho Municipal de Cultura
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12354.htm/>
acessado em 03/07/2007.
- Lei Nº 12.352 de setembro de 2005. Criação do “Fundo de Investimentos Esportivos do Município de Campinas – FIEC”
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12352.htm/>
acessado em 03/07/2007
- Alterações e Complementos: Decreto Nº 15.442 de 26 de abril de 2006;
Decreto Nº 15.706 de dezembro de 2006;
- Lei Nº 12.355, de 10 de setembro de 2005. Criação Fundo de Investimentos Culturais
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12355.htm/>
acessado em 03/07/2007.
- Alterações e Complementos: Decreto nº 15.442, de 26 de abril de 2006;
Decreto nº 15.706, de dezembro de 2006.
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15442.htm/>
acessado em 03/07/2007
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15706.htm/>
acessado em 03/07/2007.
- Lei Nº 15.431 de 4 de abril de 2006. Junção dos Fundos FIEC e FICC
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15431.htm/>
acessado em 03/07/2007
- Lei Nº 15.443. Competências do Fundo FICC
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15443.htm/>
acessado em 03/07/2007

Lei nº 14.522 de 14 de novembro de 2003. Competências da SMRH
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14522.htm/>
acessado em 03/07/2007

Decreto Nº 14.522 dispõe sobre suas competências Secretaria de Recursos Humanos
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14522.htm/>
acessado em 03/07/2007

Alterações Decretos Nº 8.753 de 31 de janeiro de 1986 e do Decreto Nº 9.536, de junho de 1988
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec8753.htm/>
acessado em 03/07/2007
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec9536.htm/>
acessado em 03/07/2007

Decreto de 1995
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec11767.htm/>
acessado em 03/07/2007 e Decreto de 2001
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec13620.htm/>
acessado em 03/07/2007.

Lei Nº 8.008 de 15 de agosto de 1994. Criação do Fundo de “Desenvolvimento e Capacitação do Servidor (FDC)”
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei8008.htm/>
acessado em 03/07/2007

Alterações e Complementos: Lei 9. 317 e Lei 11.273 de 12 de junho de 2002.
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei9317.htm/>
acessado em 03/07/2007;
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei11273.htm/>
acessado em 03/07/2007.

Lei Nº 12.356, de 10 de setembro de 2005 que trata das Diretrizes da Política de Cultura no Âmbito do Município de Campinas
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12353.htm/>
acessado em 03/07/2007

Lei Nº 4.712, de 03 de maio de 1977, a qual cria o “Fundo de Assistência à Cultura” – FAC

Alterações e Complementos: Lei Nº 6.576, de 24 de julho de 1991 e Lei Nº 10.051, de 14 de abril de 1999.
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei4712.htm/>

acessado em 0/07/2007
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6576.htm/>
acessado em 03/07/2007.

Lei Orgânica do Município de Piracicaba de 1º de Agosto de 1990.
Revisada em 1996.

<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>
acessado em 03/07/2007

Plano Diretor do Município de Piracicaba
<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>
acessado em 03/07/2007

Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM
http://www.piracicaba.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=37/
acessado em 03/07/2007

Secretaria Municipal de Ação Cultural – SEMAC
http://www.piracicaba.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=37/
acessado em 03/07/2007

LEI N.º 5.449, de 2 de julho de 2004. Dispõe sobre a Política Pública Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, cria o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividades Motoras, cria o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte, Lazer e Atividades Motoras, revoga a Lei n.º 4.725199 e dá outras providências.
<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>
acessado em 03/07/2007

LEI N°5.685, de 5 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a criação de cargos em comissão cargos de provimento efetivo, junto ao Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Piracicaba, altera o organograma das Secretarias Municipais da Ação Cultural e Turismo e dá outras providências.
<http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/>
acessado em 03/07/2007
<http://www.Unimep.br/phpg/Facis/Cedes/>
acesso em 10.05.2007
<http://www.Unimep.br/phpg/Facis/gpl/>
acesso em 10.05.2007

ANEXO 1. Relação dos equipamentos de esporte e lazer das duas cidades que fizeram parte da pesquisa:

1.1.CAMPINAS:

- 1.1.1.Parque do Taquaral
- 1.1.2.Centro Esportivo do Taquaral
- 1.1.3.Centro de Vivência de Idosos
- 1.1.4.Centro de Convivência
- 1.1.5.Bosque dos Jequitibás

2.1.PIRACICABA:

- 1.2.1.Centro Esportivo de Santa Terezinha
- 1.2.2.Parque Piracicamirim
- 1.2.3.Piscina Municipal
- 1.2.4.Ginásio Vila Rezende
- 1.2.5.Parque Rua do Porto
- 1.2.6.Estação da Paulista

ANEXO 1. Formulário para os profissionais

Pesquisa: Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer – diagnóstico e prognóstico – os casos de Piracicaba e Campinas

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física

SEXO: MASCULINO ()

FEMININO ()

FORMAÇÃO:

ensino fundamental () ensino médio () ensino superior ()

_____ (indicar) pós-graduação () _____
(indicar)

SITUAÇÃO FUNCIONAL: contratado CLT ()

contratado por temporada () cargo de confiança ()

contratado por prestação de serviços () estagiário ()

outros _____ (indicar)

FUNÇÃO (DESCREVER): _____

1. Trabalha na área de Esportes, Atividades Físicas, Recreação e Lazer há quanto tempo?

Menos de um ano () um a dois anos () dois a cinco anos ()

mais de cinco anos ()

2. Trabalha na Instituição há quanto tempo?

Menos de um ano () um a dois anos () dois a cinco anos ()

mais de cinco anos ()

3. Quando ingressou na Instituição recebeu algum curso ou treinamento de ingresso?

Não ()

Sim () Qual(Quais)? _____

4. A Instituição incentiva ou não sua participação em cursos, congressos, para complementação e/ou atualização na sua área de atuação?

Não ()

Sim () Como? _____

5. Como é feito o planejamento das atividades do seu setor na Instituição?

6. Você participa, ou não, de alguma forma, desse planejamento?

Não ()

Sim ()

Como? _____

7. Você percebe ou não algum tipo de demanda, pela população atendida, por outras atividades físicas, de esporte e de recreação/ lazer, além das oferecidas?

Não ()

Sim () Quais (Quais)? _____

8. Você percebe ou não algum tipo de demanda, pela população atendida, por outros espaços e/ou equipamentos de atividades físicas, de esporte e recreação/lazer, além dos oferecidas?

Não ()

Sim () Quais (Quais)? _____

9. Você percebe ou não algum tipo de influência, direta ou indireta, exercida pela população atendida, nas suas atividades profissionais?

Não ()

Sim diretamente () De que forma? _____

Sim indiretamente () De que forma? _____

10. Há algum outro aspecto que gostaria de destacar relativo à sua atuação profissional na área, aqui na Instituição?

11. Existe ou não a participação de voluntários nos projetos que você atua?

Não ()

Por quê?

Sim ()

De que forma?

12. Como você vê a participação de voluntários em programas de esporte e lazer?

ANEXO 2. Formulário para coordenadores/diretores

Pesquisa: Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer – diagnóstico e prognóstico – os casos de Piracicaba e Campinas

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós Graduação em Educação Física

SEXO: MASCULINO () FEMININO ()

FORMAÇÃO:

ensino fundamental () ensino médio () ensino superior ()

_____ (indicar) pós-graduação () _____
(indicar)

SITUAÇÃO FUNCIONAL:

contratado CLT ()

contratado por temporada ()

cargo de confiança ()

contratado por prestação de serviços ()

estagiário ()

outros _____ (indicar)

FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO (DESCREVER): _____

1. Trabalha na instituição há quanto tempo?

Menos de um ano () um a dois anos ()

dois a cinco anos () mais de cinco anos ()

2. Quando ingressou na Instituição recebeu algum curso ou treinamento de ingresso?

Não ()

Sim ()

Qual (Quais)? _____

3. A Instituição incentiva ou não sua participação em cursos, congressos, para complementação e/ou atualização na sua área de atuação?

Não ()

Sim () Como? _____

4. Como é feito o planejamento das atividades do seu setor na Instituição?

5. Você participa, ou não, de alguma forma desse planejamento?

Não ()

Sim () Como? _____

6. Você percebe ou não algum tipo de demanda, pela população, por outras atividades físicas, esportivas e recreação/lazer, além das oferecidas?

Não ()

Sim () Quais (Quais)? _____

7. Você percebe ou não algum tipo de demanda, pela população, por outros espaços e/ou equipamentos de atividades físicas, de esporte e recreação/lazer, além dos oferecidas?

Não ()

Sim () Quais (Quais)? _____

8. Você percebe ou não algum tipo de influência, direta ou indireta, exercida pela população, nas atividades desenvolvidas pelos profissionais de atividades físicas, esportivas e de recreação/ lazer?

Não ()

Sim diretamente () De que forma? _____

Sim indiretamente () De que forma? _____

9. Há algum outro aspecto que gostaria de destacar relativo à atuação dos profissionais da área de atividades físicas, esportes e recreação/lazer, aqui na Instituição?

10. Existe ou não a participação de voluntários nos projetos que você coordena?

Não ()

Por quê?

Sim ()

De que forma?

11. Como você vê a participação de voluntários em programas de esporte e lazer?

ANEXO 3. Questionário para os(as) usuários(as)

Pesquisa: Formação e desenvolvimento de pessoal para atuação em políticas públicas de lazer – diagnóstico e prognóstico – os casos de Piracicaba e Campinas

Responsável: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Facis - Unimep – Curso de Pós-Graduação em Educação Física

Prezado Usuário (a).

Você está recebendo um questionário que é parte de uma pesquisa sobre o Lazer na cidade. A pesquisa é de caráter científico e seus resultados serão divulgados nos meios acadêmicos e também para a Prefeitura que, dessa forma, poderá utilizá-los no planejamento de suas atividades. Sua participação é fundamental, mas é espontânea e livre de qualquer ônus. A qualquer momento você poderá se retirar do processo de pesquisa, sem prévio aviso. Será garantido sigilo absoluto de seus dados. Inclusive, você não será identificado. Solicitamos a gentileza de, ainda hoje, ou, na sua próxima visita a esse espaço, deixar esse questionário preenchido, na Portaria.

Agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente.

Coordenação da Pesquisa.

1. SEXO: MASCULINO ()

FEMININO ()

2. FORMAÇÃO:

Ensino fundamental incompleto () completo ()

Ensino médio incompleto () completo ()

Ensino superior incompleto () completo () _____
(indicar)

Pós-Graduação incompleta () completa () _____
(indicar)

3. FAIXA ETÁRIA:

Menos de 7 anos () de 7 a 14 () de 14 a 21 () acima de 21
até 60 () acima de 60 ()

4. MORADIA: Mora: No Bairro () Fora do Bairro ()
_____ (indicar o bairro em que mora)

5. Tempo que freqüenta esse equipamento: Há menos de um ano ()
Há um ano () De um a dois anos () De dois a cinco anos ()
Há mais de cinco anos ()

6. Freqüência a esse equipamento: Esporadicamente () Finais de
Semana () Durante a semana 1 ou 2 vezes ()
Diariamente () Outro () _____ (indicar).

7. Atividades físicas de esporte, recreação/lazer que freqüenta/ pratica:

8. Atividades físicas de esporte, recreação/lazer que não encontra e que
gostaria de freqüentar/praticar:

9. Espaços/equipamentos para atividades físicas de esporte, recreação/
lazer que mais freqüenta:

10. Espaços/equipamentos para atividades físicas de esporte, recreação/
lazer, que não encontra aqui e que gostaria de poder encontrar:

11. Os profissionais para Atividades físicas de esporte, recreação/lazer são em número suficiente, ou não, para o atendimento, aqui nesse equipamento?

Sim ()

Não ()

Como é o atendimento?

péssimo () mau () regular () bom () ótimo ()

Comente o atendimento: _____

12. Costuma ou não frequentar outros equipamentos públicos de esporte e lazer?

Sim () Qual (Quais)? _____

13. Os profissionais para atividades físicas de esporte, recreação/lazer são em número suficiente, ou não, para o atendimento, nesses equipamentos?

Sim ()

Como é o atendimento? péssimo () mau () regular () bom ()
ótimo ()

Comente o atendimento:

Não () Por quê?

14. Como você vê a atuação de voluntários capacitados trabalhando em equipamentos públicos de esporte e lazer?
